



ILUSTRÍSSIMO(A) SENHOR(A) PREGOEIRO(A) DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PACATUBA/CE
PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 9006/2023
ABERTURA: 26/05/2023 ÀS 08:00 HRS

OBJETO: *Registro de preços para aquisição de veículos tipo transporte pessoal, motor mínimo 1.0, flex, transmissão manual de 5 velocidades, pneus aro 14 polegadas, combustível flex, cinco lugares, 4 portas e ar condicionado: para atender às necessidades da secretaria de saúde do Município de Pacatuba-CE.*

Sr. (a). Pregoeiro (a),

A **RENAULT DO BRASIL S.A.**, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 00.913.443/0001-73, com endereço na Avenida Renault, nº 1.300, Roseira de São Sebastião, na Cidade de São José dos Pinhais, Estado do Paraná, doravante denominada **RENAULT**, por seu procurador infra-assinado, vem respeitosamente à presença de Vossa Senhoria, apresentar seu **PEDIDO DE ESCLARECIMENTO E IMPUGNAÇÃO AO EDITAL** em referência, nos seguintes termos:

I. INTRODUÇÃO

A **RENAULT** teve acesso ao Edital e constatou a necessidade de esclarecimentos de algumas questões técnicas, formais e jurídicas que, se não esclarecidas acarretarão em **enorme restrição do universo de ofertantes**, por desatendimento a diversos dispositivos das Leis nºs 10.520/02 e 8.666/93, as quais tem aplicação subsidiária à modalidade de Pregão.

Tais pontos do Edital, se não corrigido tempestivamente, poderá comprometer a higidez jurídica do certame, com consequências que certamente alcançarão a paralisação da licitação pelas instâncias de controle. A **RENAULT** pede vênias para sustentar abaixo as razões que fundamentam a presente impugnação.

II. TEMPESTIVIDADE

A licitação em epígrafe tem sua Sessão Pública de Abertura das propostas agendada para o dia 26 de maio de 2023, às 08h00 min., sendo o prazo e as normas para impugnação regulamentados pelo artigo 19 do Decreto nº 5.450/05, nos seguintes termos:

RENAULT DO BRASIL S/A
Av. Renault, 1300
Borda do Campo - São José dos Pinhais/PR
Tel: +033 (11) 2184-8379
www.renault.com.br



"Art. 19. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório deverão ser enviados ao pregoeiro, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no edital."

Levando-se em conta o prazo estabelecido, bem como considerando que a data fixada para abertura das propostas, deve ser a presente impugnação considerada, nestes termos, plenamente tempestiva.

III. DOS ESCLARECIMENTOS

DO VALOR MÁXIMO DO EDITAL – ITEM 01

O edital não especifica em nenhum momento o valor máximo dos itens. Sendo um item essencial para verificação de possibilidade de atendimento e participação, solicita-se esclarecimento o valor máximo dos referidos itens.

DA DIREÇÃO – ITEM 01

O edital exige em sua especificação: *Direção hidráulica.*

Ocorre que, o veículo a ser apresentado possui de série direção eletro-hidráulica.

A direção eletro-hidráulica é um sistema híbrido entre a hidráulica e a elétrica, e destaca-se por sua direção ficar mais leve em decorrência do óleo ser impulsionado por uma bomba, sendo esta acionada por um motor elétrico e não pelo do carro, evitando a perda de potência do automóvel. Além disso, outra vantagem é com relação à economia de combustível, resultante da bomba ser acionada pelo motor elétrico.

Visto que, o edital referência a dois tipos de direção, solicita-se esclarecimento se serão aceitos veículos com direção eletro-hidráulica.



DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA – ITEM 01

O edital não informa em nenhum momento sobre a dotação orçamentária dos veículos a serem adquiridos.

É fato notório a situação que a economia do país, e alguns estados encontram-se em calamidade, realizando aos poucos levantamento de recursos para seguir com seus compromissos. Vale ressaltar que, caso o recurso não se trate de Convênio Federal, mas sendo de Emendas Parlamentares os recursos, para o atendimento ao pregão seria de extrema necessidade a comprovação de vínculo da emenda ao órgão e sua aquisição, o seja, que trata-se de Emenda Impositiva, pois as emendas parlamentares que possuem caráter meramente autorizativo, possibilita que sua execução efetiva depende de avaliação do governo federal, podendo contingencia-las conforma as prioridades nacionais.

Diante disso, solicita-se esclarecimento 1) acerca da dotação orçamentária, uma vez que o mesmo não consta no edital, se a verba será municipal, estadual ou federal; 2) sendo de emendas parlamentares, a comprovação que será destinada, sendo esta impositiva.

DA COR DO VEÍCULO – ITEM 01

O edital não informa em sua especificação a cor do veículo. Tendo em vista que há diferença de valores entre tonalidades de cores do catálogo, solicita-se esclarecimento 1) se há exigência de cor específica para o veículo ; 2) qual a cor ou tonalidade para levantamento de custo.

DO LOCAL DE ENTREGA – ITEM 01

O edital não informa em nenhum momento o local que o veículo será entregue, visto ser um item de extrema necessidade para composição do valor final proposta para participação no pregão.

Solicita-se esclarecimento desta r. Administração referente local de entrega dos veículos (endereço ou cidade), uma vez que não consta no edital.



IV. DAS CLÁUSULAS IMPUGNADAS

DO MOTOR – ITEM 01

O edital exige em sua especificação: *motor fire 1.0 evo 8v flex.*

Ocorre que, tal exigência restringe a ampla concorrência no certame, tendo em vista que em levantamento recente, verifica-se que apenas os veículos produzidos pela Fiat atendem tal exigência, estando todos os demais fora de tal configuração.

Assim, ao exigir esta especificação para o item em referência há restrição à participação dos demais fabricantes de veículos desta categoria, ocorrendo o direcionamento para apenas uma fabricante, além de trazer onerosidade ao certame.

Deste modo, requer-se a exclusão da exigência de motor fire 1.0 evo 8v flex, de modo a garantir a ampla competitividade do certame.

DA VELOCIDADE MÁXIMA – ITEM 01

O edital exige em sua especificação: *velocidade maxima 174km/h.*

Ocorre que, o veículo a ser fornecido pela Requerente possui velocidade máxima de 150 km/h (gasolina e etanol), diferença mínima da exigida em edital, a qual não impactaria na funcionalidade do veículo.

Ainda, vale ressaltar que, trocar o modelo do veículo para outro de maior potência traria um custo alto, tendo em vista que seria substancialmente superior ao exigido.

Sendo assim, requer-se alteração da velocidade maxima para 150 km/h.



DO PRAZO DE ENTREGA – ITEM 01

O edital exige em sua especificação: *3.2. do prazo e local de entrega: os bens licitados deverão ser entregues no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da expedição da ordem de compra- fornecimento pela administração.*

Ocorre que tal exigência impede tanto a Requerente quanto inúmeras Montadoras de participar deste certame, tendo em vista que o tempo de montagem final demanda um prazo de até 60 (sessenta) dias corridos para que o procedimento de aquisição, preparação, complementação de acessórios exigidos em Edital e efetiva entrega dos veículos no órgão demandante.

É fato notório que estamos passando por um momento crítico mundial, o qual assim como os demais, nosso país adotou medidas de isolamento social para evitar o colapso e a propagação da contaminação, tendo como consequência a demora na produção e até mesmo ausência de peças para os veículos.

Sendo assim, há entendimentos doutrinários que a pandemia do *coronavírus* também se enquadra nos conceitos de caso fortuito e força maior previstos em lei, hipóteses em que, mesmo havendo o cumprimento diferenciado da obrigação por uma das partes, esta não responde por eventuais inconvenientes causados à outra. Com efeito, a pandemia configura "fato necessário, ou seja, algo superveniente e inevitável, fora da programação, cujos efeitos não eram possíveis evitar ou impedir", nos exatos termos do parágrafo único do art. 393, do Código Civil.

A pandemia deve ser tratada e considerada como um caso extraordinário, o que necessita muitas vezes de medidas drásticas e inéditas a que estão sendo submetidas as pessoas físicas e jurídicas, pois, a cada dia, novas disposições, normas e regras são editadas pelo Poder Público, surpreendendo e afetando diretamente as atividades empresariais e de toda a economia, mas sempre priorizando o bem de todos.

Sendo assim, requer-se a alteração do prazo de entrega de 30 (trinta) dias para 60 (sessenta) dias.



V. DOS REQUERIMENTOS

Por todo o exposto, **requer-se:**

- a) O recebimento do presente recurso, tendo em vista sua tempestividade;
- b) O esclarecimento o valor máximo dos referidos itens;
- c) O esclarecimento se serão aceitos veículos com direção eletro-hidráulica;
- d) O esclarecimento 1) acerca da dotação orçamentária, uma vez que o mesmo não consta no edital, se a verba será municipal, estadual ou federal; 2) sendo de emendas parlamentares, a comprovação que será destinada, sendo esta impositiva;
- e) O esclarecimento 1) se há exigência de cor específica para o veículo ; 2) qual a cor ou tonalidade para levantamento de custo;
- f) O esclarecimento desta r. Administração referente local de entrega dos veículos (endereço ou cidade), uma vez que não consta no edital;
- g) A exclusão da exigência de motor fire 1.0 evo 8v flex, de modo a garantir a ampla competitividade do certame;
- h) A alteração da velocidade máxima para 150 km/;
- i) A alteração do prazo de entrega de 30 (trinta) dias para 60 (sessenta) dias.

Por fim, aguardando pelas providências cabíveis, bem como pela republicação do Edital para a nova data, incluindo-se as alterações solicitadas (artigo 21, § 4º da Lei nº 8.666/93), coloca-se à disposição para esclarecimentos complementares que eventualmente entenderem necessários, por meio do endereço eletrônico renault.licitacoes@gvp.net.br ou telefone (41) 98843-3212.

Termos em que,

Espera deferimento.

São José dos Pinhais/PR, 22 de maio de 2023

RENAULT DO BRASIL S/A
Av. Renault, 1300
Borda do Campo - São José dos Pinhais/PR
Tel: +033 (11) 2184-8379
www.renault.com.br



THAISE CRISTHIE SELBACH SCHMIDT
CPF/ME nº 091.974.509-10 / OAB/PR nº 93.982

ANA JÉSSICA BÜTTNER DA SILVA
CPF/ME nº 088.642.799-11 / OAB/PR nº 83.849

RENAULT DO BRASIL S.A
Fone: (41) 98843-3212 – renault.licitacoes@gvp.net.br

RENAULT DO BRASIL S/A
Av. Renault, 1300
Borda do Campo – São José dos Pinhais/PR
Tel: +033 (11) 2184-8379
www.renault.com.br

Confidential C

República Federativa do Brasil

Comarca da Região Metropolitana de Curitiba - Foro Regional
de São José dos Pinhais - Estado do Paraná



SERVIÇO NOTARIAL E PROTESTO
1º OFÍCIO

BEL. DALTON BISHOP CORDEIRO
RUA IZABEL A REDENTORA, 2230
CEP 83005-010-FONE/FAX: (041) 3299-2800

Livro	Folha	Rubrica
0769	112	
Cod.Esc.	P. interno	Página
0070	0555/22	001



Procuração bastante que faz: RENAULT DO BRASIL S.A., na forma abaixo declarada:

/S/A/I/B/A/M/ quantos este público instrumento de Procuração bastante virem, que aos vinte e dois dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e dois (22/02/2022), nesta Comarca da Região Metropolitana de Curitiba - Foro Regional de São José dos Pinhais, Estado do Paraná, em Cartório perante mim, Escrevente do Primeiro Tabelião que esta subscreve, compareceu como outorgante, **RENAULT DO BRASIL S.A.**, sociedade anônima fechada, com sede na Avenida Renault, nº 1300, Borda do Campo, nesta cidade de São José dos Pinhais-PR, inscrita no CNPJ/MF sob nº 00.913.443/0001-73, sendo neste ato representada por seus Diretores: RICARDO YUJI GONDO, brasileiro, casado, diretor, portador da Cédula de Identidade nº 15.488.790-0/SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob nº 161.337.248-54; e, BRUNO CAVALCANTI HOHMANN, brasileiro, casado, diretor, portador da Cédula de Identidade nº 7.258.638-7/SSP/PR, inscrito no CPF/MF sob nº 031.934.199-23; ambos com escritório profissional no endereço supra mencionado; conforme Ata da Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária realizada no dia 29 de abril de 2019 - Consolidação do Estatuto Social devidamente registrada na Junta Comercial deste Estado sob 20191025070 em 10/05/2019; Ata da Reunião de Diretoria, realizada no dia 29 de abril de 2019, devidamente registrada no mesmo Órgão em 10/05/2019 sob nº 20191025062; os quais encontram-se arquivados as folhas 15/40 do livro nº 431 de Arquivo de Contratos Sociais, deste Serviço Notarial; Ata da Assembleia Geral Ordinária, realizada no dia 30 de julho de 2020, devidamente registrada na mesma Junta em 29/09/2020 sob nº 20200374591; Ata de Reunião da Diretoria, realizada no dia 11 de novembro de 2020, devidamente registrado na mesma Junta em 23/11/2020, sob nº 20200418700, os quais encontram-se arquivados as folhas 178/187 do livro nº 500 de Arquivo de Contratos Sociais, deste Serviço Notarial; Ata da Assembleia Geral Ordinária realizada em 29 de abril de 2021, devidamente registrada na mesma Junta em 28/05/2021 sob nº 20212889265, a qual encontra-se arquivada as folhas 43/54 do livro nº 518 de Arquivo de Contratos Sociais, deste Serviço Notarial; e Certidão Simplificada, emitida pelo mesmo órgão em 07/02/2022, a qual fica arquivada as folhas 121/122 do livro nº 545 de Arquivo de Contratos Sociais, deste Serviço Notarial. A presente, pessoa identificada por mim e pelo Primeiro Tabelião, conforme documentos apresentados e acima mencionados, do que dou fé. E pela outorgante, me foi dito que por este público instrumento de procuração e na melhor forma de direito, nomeia e constitui sua bastante procuradora **THAISE CRISTHIE SELBACH SCHMIDT**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/PR sob o n.º 93.982, inscrita no CPF/ME sob o nº 091.974.509-10; **ANA JÉSSICA BUTTNER DA SILVA**, brasileira, solteira, advogada, inscrita na OAB/PR sob o n.º 83.849, inscrito no CPF/ME sob o nº 088.642.799-11; ambas com endereço profissional na Rua Batista da Costa, n.º 1038, na Cidade de Curitiba, Paraná, CEP: 81810-190., aos quais conferem e delegam poderes especiais para, sempre em conjunto, representarem a outorgante e suas filiais junto a quaisquer instituições, sejam elas de natureza pública ou privada, em todos os atos pertinentes a licitações, exceto a assinatura de propostas e ofertas em licitações, bem como de contratos governamentais, as quais ficarão restritas a diretor(es) estatutário(s) ou procurador(es) internos da Renault do Brasil S.A. com poderes para tanto, podendo praticar atos como: a) retirar editais; b) apresentar impugnações; c) pedidos de esclarecimentos; c)

Scheile Aparecida Leães de Moraes
Escrevente

República Federativa do Brasil

Comarca da Região Metropolitana de Curitiba - Foro Regional
de São José dos Pinhais - Estado do Paraná



SERVIÇO NOTARIAL E PROTESTO
1º OFÍCIO

BEL. DALTON BISHOP CORDEIRO
RUA IZABEL A REDENTORA, 2230
CEP 83005-010-FONE/FAX: (041) 3299-2800

Livro 0769	Folha 113	Rubrica 5
Cod.Esc. 0070	P. interno 0555/22	Página 002



alterações, recursos e defesas administrativas; d) efetivar e atualizar cadastro da empresa em sistemas eletrônicos e registro de fornecedores; e) apresentar documentos para fins de cadastros e/ou sua regularização; f) realizar notificações extrajudiciais, denúncias e representações em face de órgãos e seus gestores, e praticar enfim, todos os demais atos necessários ao fiel cumprimento do presente mandato, ademais, **ficando vedado** o substabelecimento com reserva de iguais poderes. A presente procuração terá validade até o dia **01/02/2024**, sem prejuízo da prerrogativa do cancelamento a qualquer tempo. (sob minuta). *Certifico que as informações, bem como os demais elementos constantes do presente mandato, se constituíram por mera declaração dos outorgantes, os quais assumem a responsabilidade civil e criminal nos termos da lei por sua veracidade, devendo os documentos comprobatórios atualizados serem exigidos diretamente pelos órgãos competentes.* E de como assim o disse do que dou fé, pedi-me e eu lhe lavrei este instrumento, que depois de lido e achado em tudo conforme, aceita, outorga e assina, dispensando a presença e as assinaturas das testemunhas na forma do que lhes faculta o contido no Art. 676, do Provimento nº 270/2017 da Egrégia Corregedoria-Geral da Justiça do Estado do Paraná, tudo perante mim, (A.) **SCHEILA APARECIDA LEMES DE MATOS - ESCRIVENTE** que a escrevi. Eu **Bel. DALTON BISHOP CORDEIRO - Primeiro Tabelião**, que a subscrevo. São José dos Pinhais, 22 de fevereiro de 2022 (AA.) RICARDO YUJI GONDO, BRUNO CAVALCANTI HOHMANN. Nada mais. Trasladada em seguida, conferi e dou fé. Eu Primeiro Tabelião, que o fiz digitar, subscrevo, dato e assino em público e raso. Custas V.R.C. 394,62 = R\$ 97,08; ISS = R\$ 1,94; Funrejus = R\$ 24,26; FUNDEP = R\$ 4,85; Selo = R\$ 2,04. O instrumento foi protocolado sob nº 00651/2022, no livro de protocolo geral nº 53, em data de 22/02/2022.

Selo número: 1124X.FAqtp.rqYsl-Hmbn7.Oru4W



São José dos Pinhais, 22 de fevereiro de 2022.

Em Testemunho _____ da Verdade

Scheila Aparecida Lemes de Matos
Escrevente





RENAULT DO BRASIL S.A. - CNPJ 00.913.443/0001-73
NIRE 41300014795, REALIZADA NO DIA 29 DE ABRIL DE 2019
ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

I - DATA, HORA E LOCAL: aos 29 dias do mês de abril do ano de dois mil e dezanove, às 11:00 horas, na Avenida Renault, 1.300, Borda do Campo, São José dos Pinhais, Estado do Paraná.

II - CONVOCAÇÃO: Dispensada nos termos do §4º do art. 124 da Lei 6.404/76.

III - QUORUM: presente a totalidade dos acionistas da Sociedade.

IV - COMPOSIÇÃO DA MESA: Presidente da Mesa Joaquim Ferraz Martins Filho e Secretária: Maria Helena Venetikides.

V - ORDEM DO DIA E DELIBERAÇÕES: 1) Tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras, o relatório da Administração, o Parecer dos Auditores Independentes relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2018; 2) Deliberar sobre o destinação do resultado do exercício social encerrado em 31/12/2018; 3) Deliberar sobre a fixação do montante global e anual da remuneração dos membros da administração; 4) Extinção do Conselho de Administração com a consequente atribuição de seus poderes à Diretoria da Sociedade ou devolução de sua competência à assembleia Geral de Acionistas. 5) Eleição de novos membros da diretoria. 6) Consolidação do Estatuto Social.

1) Tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras, o relatório da Administração, o Parecer dos Auditores Independentes relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2018.

Apresentadas as contas pelo Presidente da mesa, foram aprovadas, por unanimidade, as contas dos Administradores, as Demonstrações Financeiras, o Relatório da Administração e o Parecer dos Auditores Independentes, relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2018, publicados no Diário Oficial do Estado do Paraná e no Jornal Metrópole de São José dos Pinhais no dia 26/04/2019.

2) Deliberar sobre o resultado do exercício social encerrado em 31/12/2018;

Foram aprovados, por unanimidade, o relatório de administração e o resultado do exercício de 2018, tendo sido apurado o lucro líquido do exercício encerrado em 31/12/2018 no valor de **R\$ 335.035.449,31 (trezentos e trinta e cinco milhões, trinta e cinco mil, quatrocentos e quarenta e nove reais e trinta e um centavos)**. Os acionistas aprovaram, por unanimidade a seguinte destinação:

- a) **R\$279.286.405,67** (duzentos e setenta e nove milhões, duzentos e oitenta e seis mil, quatrocentos e cinco reais e sessenta e sete centavos) à Reserva para Subvenção de investimentos; e
- b) **R\$55.749.043,64** (cinquenta e cinco milhões, setecentos e quarenta e nove mil, quarenta e três reais e sessenta e quatro centavos) à conta de lucros e prejuízos acumulados.

Aprovaram também, por unanimidade os acionistas, que o saldo existente nas contas de Reserva de Lucros, no valor de **R\$99.214.501,45** (noventa e nove milhões, duzentos e quatorze mil, quinhentos e um real e quarenta e cinco centavos), e Reserva Legal no montante de **R\$51.309.130,45** (cinquenta e um milhões trezentos e nove mil cento e trinta reais e quarenta e cinco centavos) também sejam destinados à conta de lucros e prejuízos acumulados.

3) Deliberar sobre a fixação do montante global e anual da remuneração dos membros da administração.

Proposta pelo presidente da mesa a fixação do montante global e remuneração dos membros da administração, por unanimidade, aprovou-se para o exercício social, incluindo benefícios e verbas de representação, o pagamento de uma remuneração global e anual, aos Administradores da Diretoria, de até **R\$9.000.000,00** (nove milhões de reais) a ser distribuída aos membros da Diretoria, por deliberação do Diretor Presidente.



COMISSÃO PERMANENTE LICITAÇÃO
Nº 290
P.M.P.

Retificar o montante global e remuneração dos membros da administração do, aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 26 de abril de 2018, para o montante de R\$ 8.348.618,56 (oito milhões quinhentos e quarenta e oito mil seiscentos e dezoito reais e sessenta e seis centavos).

4) Extinção do Conselho de Administração com a consequente atribuição de seus poderes à Diretoria da Sociedade ou devolução de sua competência à assembleia Geral de Acionistas.

Com o objetivo de simplificar e agilizar o funcionamento da sociedade, **aprovam por unanimidade os acionistas extinguir o Conselho de Administração**, com a consequente alteração do Estatuto Social e a remuneração de seus artigos.

As antigas competências e as atribuições do Conselho de Administração ora extinto passam a ser exercidas, conforme descritas no Estatuto Social que já ajustado às deliberações aprovadas nesta assembleia abaixo.

5. Renúncia de diretores.

5.1. Em 01/02/2019 foi apresentada a **renúncia** do Diretor Financeiro **Jorge Luis Leverone**, argentino, CPF/MF nº. 699.738.657-15, o que foi aceito pelos sócios, que agradeceram pelos bons serviços prestados à sociedade.

5.2. Foi apresentada a **renúncia** do Diretor Presidente **Luiz Fernando Pedrucci Araújo**, brasileiro, casado, portador do CPF nº. 246.423.928-31, o que foi aceito pelos sócios, que agradeceram pelos bons serviços prestados à sociedade.

6. Eleição de novos membros da diretoria.

Foi apresentado novos membros para a Diretoria, o qual foi aprovado por unanimidade pelos sócios, ratificando os atos praticados desde o início de seus mandatos.

PARA O CARGO DE DIRETOR PRESIDENTE: Ricardo Yuji Gondo, brasileiro, casado, engenheiro mecânico, RG 15.488.790-0 e CPF 161.337.248-54, com domicílio na cidade de São José dos Pinhais, estado do Paraná, na Avenida Renault, número 1300, bairro Borda do Campo.

PARA O CARGO DE DIRETOR FINANCEIRO: Sebastian Parra Velez, colombiano, casado, especialista em finanças corporativas, RNM F050453Z e CPF 801.035.999-83, com domicílio na cidade de São José dos Pinhais, estado do Paraná, na Avenida Renault, número 1300, bairro Borda do Campo.

Nos termos do art. 147, § 1º. da lei das Sociedades por Ações, os diretores ora eleitos declaram não ter praticado qualquer ato que os impeça de desempenhar cargo eletivo em qualquer Sociedade.

Assim, a diretoria da sociedade fica composta da seguinte forma, **com vigência até 29 de abril de 2022:**

1. **DIRETOR PRESIDENTE: Sr. RICARDO YUJI GONDO**, brasileiro, casado, RG: 15.488.790-0, CPF/MF nº. 161.337.248-54.
2. **DIRETOR VICE-PRESIDENTE COMERCIAL: Sr. ALEJANDRO BOTERO ESCOBAR**, colombiano, casado, CPF/MF Nº 060.544.697-03.
3. **DIRETOR FINANCEIRO: Sr. SEBASTIAN PARRA VELEZ**, colombiano, casado, portador da cédula de identidade de estrangeiro - Registro Nacional Migratório n. F050453Z, CPF/MF nº. 801.035.999-83.
4. **DIRETOR DE FABRICAÇÃO: Sr. CARLOS HENRIQUE RODRIGUES ALVES CARRINHO**, brasileiro, casado, RG 14.557.739-9 e CPF/MF 084.952.578-07.
5. **DIRETOR: PABLO LUIS SIBILLA**, argentino, casado, portador da cédula de identidade de estrangeiro - Registro Nacional de Estrangeiro n. ° V311045-V, CPF/MF n.º 009.050.099-55.

Todos com domicílio na cidade de São José dos Pinhais, estado do Paraná, na Avenida Renault, número 1300, bairro Borda do Campo, com exceção do Vice-Presidente Comercial Alejandro Botero Escobar, com domicílio na Rua Fidêncio Ramos, 223, 10º andar, São Paulo, estado de São Paulo.

7. DA CONSOLIDAÇÃO DO ESTATUTO SOCIAL:



JOSÉ PINHAIS
10 05 19

7. DA CONSOLIDAÇÃO DO ESTATUTO SOCIAL:

ESTATUTO SOCIAL DA RENAULT DO BRASIL S.A.

CAPÍTULO I - DA DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO

- Artigo 1º** - Sob a denominação de Renault do Brasil S.A., fica constituída uma sociedade por ações que se regerá pelo disposto neste Estatuto Social e pelas disposições legais aplicáveis.
- Artigo 2º** - A sociedade tem sua sede e foro no Município de São José dos Pinhais, Estado do Paraná, na Avenida Renault, 1.300, Borda do Campo, podendo abrir filiais, agências ou representações em qualquer localidade do País, ou do exterior, mediante deliberação da Diretoria.
- Artigo 3º** - A sociedade tem por objeto:
- a) a fabricação e a montagem de veículos automotores;
 - b) a fabricação de equipamentos, peças e acessórios para veículos automotores;
 - c) compra, venda, importação, exportação, industrialização e armazenagem de matérias primas destinadas à fabricação de veículos, partes e peças;
 - d) a prestação de serviços de logística, armazenagem de veículos, peças, acessórios, equipamentos, embalagens, material promocional e de consumo do ramo automotivo;
 - e) o desenvolvimento das atividades auxiliares à indústria e à comercialização de veículos automotores;
 - f) o comércio, importação e exportação de veículos automotores, seus equipamentos, peças, acessórios, máquinas e insumos utilizados direta e/ou indiretamente na produção e/ou manutenção de veículos automotores, e de serviços pós-venda;
 - g) a prestação dos serviços de assistência técnica e de manutenção relacionados aos veículos, peças, partes, equipamentos e acessórios comercializados pela Sociedade;
 - h) a locação de veículos automotores;
 - i) envasamento e empacotamento sob contrato (CNAE 8292-0/00);
 - j) a representação, dentro e fora do País, de outras sociedades civis ou comerciais;
 - k) participação em outras sociedades, industriais, comerciais ou civis, nacionais ou estrangeiras, como sócia, acionista ou quotista.
- Artigo 4º** - O prazo de duração da sociedade é indeterminado.

CAPÍTULO II - DO CAPITAL SOCIAL

- Artigo 5º** - O Capital Social da empresa é de R\$ 2.398.236.842,47 (dois bilhões, trezentos e noventa e oito milhões, duzentos e trinta e seis mil, oitocentos e quarenta e dois reais e quarenta e sete centavos), dividido em 807.562.019.093 (oitocentos e sete bilhões, quinhentos e sessenta e dois milhões, dezenove mil, noventa e três) ações nominativas, sendo 670.331.224.178 (seiscentos e setenta bilhões, trezentos e trinta e um milhões, duzentos e vinte e quatro mil, cento e setenta e oito) ações ordinárias e 137.230.794.915 (cento e trinta e sete bilhões, duzentos e trinta milhões, setecentos e noventa e quatro mil, novecentos e quinze) ações preferenciais, todas sem valor nominal, que serão indivisíveis e poderão ser representadas por títulos múltiplos ou singulares, que serão assinados por dois Diretores.
- § 1º - Cada ação ordinária atribuirá a seu detentor direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral de Acionistas.
- § 2º - As ações preferenciais não terão direito de voto, mas terão as seguintes preferências e prerrogativas:
- (a) percepção de dividendos 10% superiores aqueles distribuídos às ações ordinárias;

- (b) prioridade sobre as ações ordinárias no reembolso do capital, em caso de liquidação da sociedade;
- (c) direito de voto, no caso da sociedade deixar de distribuir o dividendo mínimo durante três exercícios consecutivos, faculdade que conservarão até o efetivo pagamento, observado o disposto no Artigo 27, abaixo; e
- (d) direito de comparecer à Assembleia Geral de Acionistas, discutindo as matérias dela objeto, mas sem direito a voto.

§ 3º - A sociedade poderá criar classes de ações, por deliberação da Assembleia Geral, com vantagens distintas das ações existentes.

Artigo 6º - Os acionistas têm preferência para a subscrição de novas ações ou outros títulos ou valores mobiliários conversíveis em ações, na proporção das ações já possuídas anteriormente, observados os tipos e classes de ações que cada acionista detenha, sendo ressalvada à Diretoria a faculdade de oferecer aos demais acionistas as ações correspondentes aos acionistas que, por escrito, desistirem do exercício de sua preferência, ou que, decorrido o prazo deste, não tenha exercido a preempção, ou, ainda, que, consultados, não se manifestarem dentro de 30 (trinta) dias, contados da data da consulta.

Parágrafo Único - O acionista que, a partir da data da aprovação deste Estatuto, subscrever ou adquirir ações e não efetuar o pagamento das integralizações correspondentes nos prazos convencionados ficará, de pleno direito, constituído em mora, sujeitando-se ao pagamento de juros de 1% (um por cento) ao mês sobre o valor daquelas entradas ou prestações.

CAPÍTULO III - DAS ASSEMBLEIAS GERAIS

Artigo 7º - As Assembleias Gerais de Acionistas serão realizadas, ordinariamente, nos termos da Lei das Sociedades por Ações e, extraordinariamente, sempre que os interesses da sociedade assim o exigirem.

Artigo 8º - As Assembleias Gerais de Acionistas serão convocadas pelo Presidente, ou na ausência deste por seu Vice-Presidente ou ainda por um dos demais Diretores estatutários.

§ 1º - A convocação da Assembleia Geral far-se-á em conformidade com as disposições da Lei das Sociedades por Ações.

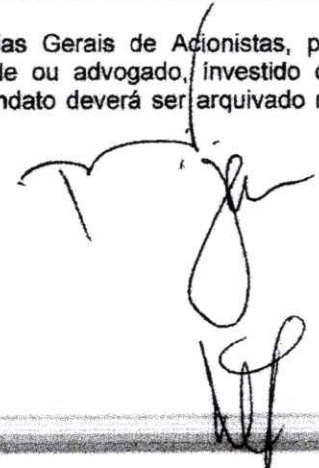
§ 2º - A Assembleia Geral instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) do capital social com direito a voto e, em segunda convocação, com qualquer número.

§ 3º - As deliberações da Assembleia Geral, ressalvadas as exceções previstas neste Estatuto Social ou em lei, serão tomadas pela maioria absoluta dos acionistas com direito a voto, presentes à Assembleia Geral.

§ 4º - Se todos os acionistas estiverem presentes à Assembleia Geral de Acionistas, poderá ser dispensada sua convocação prévia e, mediante consentimento dos presentes, outras matérias poderão ser incluídas na ordem do dia, além daquelas originalmente previstas.

Artigo 9º - As Assembleias Gerais de Acionistas serão presididas pelo Diretor Presidente, ou na ausência deste pelo Diretor Vice-Presidente, ou, na ausência de ambos, por um acionista escolhido por maioria de votos dos presentes. Ao presidente da assembleia cabe a escolha do secretário.

Artigo 10 - Os acionistas poderão ser representados, nas Assembleias Gerais de Acionistas, por procurador, que seja acionista, administrador da sociedade ou advogado, investido de poderes especiais, cujo correspondente instrumento de mandato deverá ser arquivado na sede da sociedade.





10 05 19

CAPÍTULO IV – DA ADMINISTRAÇÃO

Artigo 11 - A Sociedade será administrada por uma Diretoria constituída de no mínimo 04 (quatro) membros residentes no País, acionistas ou não, dispensados de prestar caução, sendo um Diretor Presidente, um Diretor Vice-Presidente Comercial, um Diretor Financeiro e um Diretor Fabricação e os demais quando houver, Diretores eleitos pela Assembleia Geral, com mandato de três anos, permitida a reeleição. Os diretores poderão ser, a qualquer momento, destituídos de seus cargos por deliberação de acionistas representando a maioria do capital social com direito a voto.

§ 1º - O Diretor Presidente será substituído, em suas ausências ou impedimentos, pelo Diretor que vier a ser designado pelo próprio Diretor Presidente ou, na ausência de designação, por um dos Diretores, na seguinte ordem: Diretor Vice-Presidente Comercial, Diretor Financeiro, ou Diretor de Fabricação.

§ 2º - O Diretor Vice-Presidente e os Diretores serão substituídos em suas ausências ou impedimentos pelo Diretor que vier a ser designado pelo Diretor Presidente.

§ 3º - Ocorrendo vacância definitiva na Diretoria, novo membro será designado pela Assembleia Geral e terá todos os direitos do Diretor substituído, inclusive o de voto nas reuniões, exercendo o cargo pelo prazo restante do mandato do Diretor substituído. Caso, em virtude da vacância definitiva, o número de diretores passe a ser inferior ao previsto no caput do art. 11, será convocada no menor tempo possível Assembleia Geral de acionistas para eleger novo membro.

§ 4º - É obrigatória à eleição para os cargos de Diretor Presidente, Diretor Vice-Presidente Comercial, Diretor Financeiro, e Diretor de Fabricação.

§ 5º - Com exceção da hipótese de destituições feitas expressamente, os Diretores permanecerão em seus cargos até a posse dos novos diretores eleitos.

Artigo 12 - A representação da Sociedade perante terceiros deve ser feita: (i) através da assinatura de dois diretores; (ii) um diretor em conjunto com um procurador ou, ainda, (iii) dois procuradores, em conjunto, desde que investidos de poderes de representação, e incluem, mas não se restringem a:

- a) Fixar a orientação geral dos negócios, coordenar e supervisionar todas as atividades da Sociedade, exercendo os poderes gerais de administração;
- b) deliberar sobre a criação, extinção e transferência de filiais, agências e representações em quaisquer praças do País ou do Exterior, observadas as disposições legais e regulamentares atinentes à matéria; bem como a participação em outras Sociedades ou empreendimentos, obedecidos os preceitos legais.
- c) aprovar a distribuição de dividendos mencionada nos artigos 18 e 19, deste Estatuto;
- d) deliberar sobre a apresentação à Assembleia Geral de propostas sobre aumentos de capital e alteração deste Estatuto;
- e) decidir sobre atos cuja competência não esteja definida no presente Estatuto e não seja exclusiva da Assembleia Geral;
- f) transigir, celebrar acordos, desistir e renunciar direitos, prestar caução;
- g) aprovar os atos de aquisição, alienação ou constituição de ônus sobre bens móveis, imóveis e direitos da sociedade, envolvendo, dentre outros, marcas registradas; conhecimentos técnicos; tecnologia; equipamentos; máquinas; imóveis e bens correlatos;
- h) deliberar sobre a outorga de Fiança aos Empregados da empresa, nas relações locatícias que tenham que contratar, como decorrência de sua relação com a sociedade e a prestação de garantias a obrigações de terceiros;
- i) organizar, dirigir e fiscalizar toda a parte administrativa, financeira e operacional da



1007110

1007110

- sociedade;
- j) propor à Assembleia Geral o orçamento anual de receita, despesa e investimento;
 - k) organizar e apresentar, anualmente à Assembleia Geral Ordinária as Demonstrações Financeiras e o Relatório da Diretoria;

§ 1º Compete ao Diretor Presidente:

- a) presidir as Assembleias Gerais e Reuniões da Diretoria;
- b) representar a sociedade em juízo e fora dele, ativa ou passivamente, perante terceiros, quaisquer repartições públicas ou autoridades federais, estaduais ou municipais, bem como autarquias, sociedades de economia mista e entidades paraestatais;
- c) superintender as atividades da sociedade;
- d) coordenar as funções do Diretor Vice-Presidente Comercial e dos demais Diretores.
- e) Fixar o critério de distribuição da participação e percentagem à Diretoria, assim como, estabelecer o rateio dos honorários fixados globalmente pela Assembleia Geral, na forma do artigo 152, da Lei nº 6404/76, e fixar a remuneração dos Diretores;

§ 2º Compete ao Diretor Vice-Presidente:

- a) auxiliar o Diretor Presidente em suas atribuições;
- b) convocar, instalar e presidir as reuniões de Diretoria, na ausência do Diretor Presidente;
- c) supervisionar o funcionamento operacional ordinário da empresa, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Diretor Presidente;
- d) desempenhar e encarregar-se das funções atribuídas pelo Diretor Presidente.

§ 3º Compete aos Diretores desempenhar e encarregar-se das funções que lhes forem cometidas pelo Diretor Presidente ou pelo Diretor Vice-Presidente, ou, nas suas ausências.

Artigo 13 – Não obstante o previsto no caput do artigo 12, os poderes conferidos à Diretoria que criarem responsabilidade para a sociedade ou exonerarem terceiros de responsabilidade para com ela, desde que observado o disposto nos §§ 1º e 2º abaixo deste artigo, poderão ser exercidos mediante assinatura de:

- 1 (um) Diretor em conjunto com um Procurador; ou
- 2 (dois) Procuradores em conjunto.

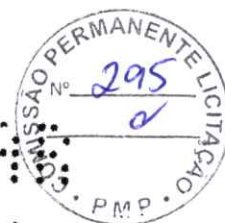
§ 1º Em casos especiais, certos e determinados, mediante deliberação aprovada previamente em Reunião de Diretoria, a Empresa poderá ser representada por um só membro da Diretoria ou por um só procurador;

§ 2º Os procuradores serão sempre nomeados através de procuração assinada por dois Diretores, devendo obrigatoriamente os respectivos instrumentos especificar: **a)** os atos que poderão ser praticados; **b)** os valores máximos de competência; **c)** em conjunto com quem os procuradores poderão assinar; e **d)** o prazo de validade da procuração.

§ 3º. O procurador com poderes da cláusula "ad-judicia" agirá em conjunto ou isoladamente e será constituído na forma do disposto no parágrafo anterior;

§ 4º. Com exceção do mandato judicial, todos os demais instrumentos de procuração deverão ter prazo máximo de vigência de dois anos.

Artigo 14 - A Diretoria se reunirá sempre que assim o exigirem os negócios e interesses sociais, consignando em livro próprio o que for deliberado na ocasião, pela maioria presente, cujo "quórum" mínimo será a maioria dos seus membros eleitos em exercício.



10 05 19

CAPÍTULO V - DO CONSELHO FISCAL

- Artigo 15 -** O Conselho Fiscal, quando em funcionamento, será composto de, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, todos residentes no País.
- § 1º** O Conselho Fiscal apenas funcionará nos exercícios sociais em que os acionistas solicitarem sua instalação, sendo a Assembleia Geral de Acionistas competente para eleger e destituir seus membros e fixar sua remuneração.
- § 2º** O Conselho Fiscal terá, quando em funcionamento, os poderes e atribuições que a Lei lhe confere, sendo que o regulamento interno do mesmo será estabelecido pela Assembleia Geral de Acionistas que tiver solicitado sua instalação.

CAPÍTULO VI - DO ANO SOCIAL, DO BALANÇO E DOS LUCROS

- Artigo 16 -** O exercício social corresponderá ao ano civil, com início em 1º de janeiro e encerramento em 31 de dezembro de cada ano.

- Artigo 17 -** Ao fim de cada exercício, a Diretoria fará elaborar, com base na escrituração mercantil da sociedade, as seguintes demonstrações financeiras:
 - I - balanço patrimonial;
 - II - demonstração de lucro ou prejuízos acumulados;
 - III - declaração dos resultados;
 - IV - demonstração das origens e aplicações de recursos.

- § 1º -** A Diretoria deverá submeter às demonstrações financeiras da sociedade à aprovação da Assembleia Geral de Acionistas, no prazo de, no máximo, 4 (quatro) meses a contar do final do exercício social a que se referem.
- § 2º -** Os Órgãos da Administração da sociedade apresentarão à Assembleia Geral Ordinária as Demonstrações Financeiras bem como uma proposta sobre a destinação a ser dada ao lucro líquido do exercício, observadas as disposições legais e estatutárias.
- § 3º -** Os livros da sociedade serão examinados por auditor independente.
- § 4º -** A sociedade poderá preparar balanços intermediários ou intercalares a qualquer tempo, e, com base nesses balanços, distribuir dividendos.

- Artigo 18 -** Os lucros líquidos, apurados conforme previsto em lei, terão a seguinte destinação:
 - a) 5% (cinco por cento) para a constituição de reserva legal, até o limite de 20% (vinte por cento) do capital social;
 - b) 5% (cinco por cento) para distribuição aos acionistas, a título de dividendo obrigatório, observado o Artigo 20, abaixo e
 - c) o saldo terá a destinação que lhe for atribuída pela Diretoria, sujeito à aprovação da Assembleia Geral de Acionistas.

Parágrafo Único - O pagamento de dividendos deverá ser determinado no prazo não superior a 30 (trinta) dias, a contar da declaração de dividendos em Assembleia Geral de Acionistas.

- Artigo 19 -** A Assembleia Geral de Acionistas poderá, por proposta da Diretoria, constituir reservas adicionais conforme o previsto em lei.

- Artigo 20 -** Os dividendos não reclamados dentro do período de 3 (três) anos, a contar de sua disponibilidade, reverterão em benefício da sociedade.

CAPÍTULO VII - LIQUIDAÇÃO E DISSOLUÇÃO

Handwritten signatures and initials.



JUPER
JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ

de Acionistas.

Parágrafo Único - Competirá à Assembleia Geral de Acionistas indicar o liquidante, fixar a sua remuneração, estabelecer a forma de liquidação e nomear o Conselho Fiscal que funcionará durante o período de liquidação."

ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a ser tratado, foi esta ata lavrada, lida, achada conforme e assinada pelos presentes. Lavrada a presente Ata, nos termos do §1º do Art. 130, da Lei nº 6.404/76, foi lida, achada conforme e por todos assinada, autorizou-se, a reproduzir tantas cópias quanto se façam necessárias.

ASSINATURAS:

1º Tabelião
São José dos Pinhais - PR

Renault S.A.S.
p.p. Joaquim Ferraz Martins Filho

Agência de Fomento do Estado do Paraná S.A



1º Tabelião
São José dos Pinhais - PR

Agência de Fomento do Estado do Paraná S.A.
DAS/PR 18.985





JUL 2019

POUVOIR

Par le présent mandat sous seing privé, **RENAULT S.A.S.**, société constituée conformément aux lois françaises, dont le siège social est situé au 13-15, Quai Alphonse Le Gallo, 92100 Boulogne-Billancourt, dans cet acte représentée par **Jean-Benoît Devauges**, en sa qualité d'actionnaire de **RENAULT DO BRASIL S/A**, désigne comme mandataires **Joaquim Ferraz Martins Filho**, brésilien, marié, avocat, porteur de la Carte d'Identité numéro 9109831-2 - SSP/SP, inscrit au CPF/MF sous le numéro 091.243.338-83, et **Maria Helena Venetikides Durigan**, brésilienne, mariée, avocate, inscrite à l'OAB/PR numéro 18.985 et au CPF/MF numéro 721.262.649-04, tous ayant leur adresse professionnel au 1300, Avenue Renault, Borda do Campo, São José dos Pinhais, Etat du Paraná, et leur donne les pouvoirs nécessaires pour qu'ils puissent agir au nom de **RENAULT S.A.S.**, individuellement ou conjointement, aux fins exclusives de l'Assemblée Générale Ordinaire et Extraordinaire de **RENAULT DO BRASIL S/A**, qui aura lieu le 29 d'avril 2019. Les mandataires pourront représenter la société et assumer toutes les obligations relatives aux délibérations sur les sujets inclus dans l'ordre du jour, avec facultés de voter les sujets en question, ainsi que d'examiner, de discuter et délibérer. Les mandataires pourront voter lors de la dite Assemblée, signer le registre de présence des actionnaires ainsi que le procès-verbal, et pourront encore exclusivement recevoir toutes assignations et citations éventuelles concernant le présent mandat.

Boulogne-Billancourt, le 25 avril 2019.

RENAULT S.A.S.
Jean-Benoît Devauges

PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular de mandato, **RENAULT S.A.S.**, sociedade constituída conforme as leis francesas, com sede no Quai Alphonse Le Gallo, 92100 de Boulogne-Billancourt, representada por **Jean-Benoît Devauges**, na qualidade de sócia da **RENAULT DO BRASIL S/A**, nomeia e constituiu seus bastantes procuradores **Joaquim Ferraz Martins Filho**, brasileiro, casado, advogado, portador do RG 9109831-2 - SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob nº. 091.243.338-83; e **Maria Helena Venetikides Durigan**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/PR sob nº. 18.985 e no CPF/MF sob nº. 721.262.649-04, todos com endereço profissional na Avenida Renault, 1300, Borda do Campo, São José dos Pinhais, Estado do Paraná, outorgando-lhes poderes bastantes para agir, em conjunto ou individualmente em nome da **RENAULT S.A.S.**, exclusivamente na Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária da **RENAULT DO BRASIL S/A**, a realizar-se em 29 abril de 2019. Os outorgados poderão representar a companhia e assumir todas as obrigações relativamente às deliberações das matérias constantes na ordem do dia, tais como examinar, discutir assuntos constantes da mesma. Os outorgados recebem, ainda, poderes para votar, assinar atas em geral, podendo ainda, exclusivamente para esta finalidade, receber citações.

Boulogne-Billancourt, 25 de abril de 2019.

RENAULT S.A.S.
Jean-Benoît Devauges

PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: **AGÊNCIA DE FOMENTO DO PARANÁ S.A.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 03.584.906/0001-99, com sede na Rua Comendador Araújo, 652 – 6º andar, Batel, nesta capital, gestora do Fundo de Desenvolvimento Econômico – FDE, neste ato representada pelo Diretor-Presidente, Heraldo Alves das Neves, economista, portador do RG nº 4.035.436-0/PR, inscrito no CPF sob o nº 713.432.379-04.

OUTORGADO: **JUAREZ MIGUEL ROSSETIM**, brasileiro, portador do RG nº 1.842.550-5 PR, inscrito no CPF sob o nº 403.573.769-00, Diretor de Mercado da FOMENTO PARANÁ.

PODERES: Representar a Outorgante, na qualidade de acionista, perante a Renault do Brasil S/A, a realizar-se no dia 29.04.2019 às 11h00, na Avenida Renault, 1300 Borda do Campo, São Jose dos Pinhais PR podendo votar e deliberar sobre os assuntos em pauta, enfim, participar de todos os demais atos correlatos e que se fizerem necessários ao fiel desempenho deste mandato.

Curitiba, 29 de abril de 2019.



Heraldo Alves das Neves
Diretor- Presidente



RENAULT DO BRASIL S.A. e CONTROLADA

CNPJ 00.913.443/0001-73

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras Consolidadas da Renault do Brasil S.A. e Empresa Controlada, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. Adicionalmente, destacamos alguns fatos e informações importantes ocorridos no período.

CONTEXTO GERAL
Pelo segundo ano consecutivo, o mercado automobilístico brasileiro apresentou crescimento, com um aumento de 13,5% nos emplacamentos em relação ao ano anterior. No mesmo período a Renault cresceu acima do mercado, com 26,5%. A recuperação acompanha a melhora de indicadores da economia brasileira, com o leve crescimento do PIB em 1,1%. Em 2018 o lançamento de veículos no Brasil chegou a 2,5 milhões de unidades, marca ainda distante do recorde de 2012, quando foram lançadas cerca de 3,6 milhões de veículos no país. No último ano a Renault do Brasil manteve a trajetória de crescimento que segue de forma contínua no país desde 2010, alcançando novo recorde de participação de mercado: 6,7%, com ganho de 1,0 ponto percentual em relação a 2017. No total, a empresa emplacou 214,8 mil veículos, contra 187,1 mil unidades emplacadas em 2017.

A RENAULT EM 2018
Em 2018 a Renault atingiu a melhor marca de sua história em participação de mercado, graças ao sucesso do Renault Kwid, líder do segmento de entrada com 67.316 unidades emplacadas. Outro destaque foi o Renault Master, líder absoluto pelo quinto ano consecutivo do segmento de furgões com capacidade de carga de até 3,5 toneladas de Peso Bruto Total, que fechou o ano com 7.104 unidades emplacadas.

Marca líder em vendas de veículos elétricos no Brasil, a Renault anunciou o início da comercialização de veículos elétricos para o cliente final no Brasil. O Renault Zoe, veículo 100% elétrico de marca, já está disponível pelo preço sugerido de R\$ 148.980,00. Até então, o Zoe era comercializado no país somente para empresas em projetos envolvendo a mobilidade zero emissão. Em 2018 a Renault Sandero também ganhou uma nova variação, a GT Line 1.0, concebendo visual esportivo ao veículo.

No último ano, a Renault também lançou ao lançar o K-Commerce, a mais completa plataforma on-line para a compra de um automóvel. Na plataforma o cliente consegue realizar o financiamento, a pré-avaliação do usado e o pagamento por boleto, oferecendo comodidade e praticidade aos clientes que desejam adquirir o Kwid. Com acesso por celulares, tablets ou desktops, o K-Commerce é uma ferramenta desenvolvida com foco no consumidor brasileiro: cada vez mais conectado e que busca soluções digitais para resolver suas necessidades com rapidez, segurança e transparência. Desde o seu lançamento, em janeiro de 2018, mais de 13 mil Kwid já foram vendidos por meio da plataforma.

O ano marcou conquistas importantes para o Complexo Ayrton Senna, fábrica da Renault em São José dos Pinhais. A OVP, Curitiba Veículos de Apoio, atingiu a marca de 3 milhões de veículos fabricados, enquanto a produção de motores atingiu 4 milhões de unidades

fabricadas na CMO, Curitiba Motores. Veículo mais vendido pela Renault no país, o Sandero chegou a 1 milhão de unidades produzidas desde o seu lançamento em 2007.

Outro importante conquista foi a nova colocação no "Vozes S/A - As 150 melhores empresas para trabalhar", à a oitava vez que a empresa participa deste seleto ranking.

INVESTIMENTOS: UMA NOVA FÁBRICA
Além do crescimento em market share, em 2018 a Renault no país foi mais uma vez premiada, com a inauguração da quarta fábrica do Complexo Ayrton Senna, a Curitiba Injeção de Alumínio (CIA) e a ampliação da Curitiba Motores (CMO), resultado de um investimento total de R\$ 750 milhões.

PRÊMIOS E RECONHECIMENTOS
Superando o sucesso de 2017, em 2018 a Renault conquistou 14 prêmios, concedidos aos seus produtos, profissionais e ações socioambientais.

• Kwid foi eleito o "Carro do Ano 2018" no prêmio Melhor Compra da revista Quatro Rodas;
• Kwid foi eleito na categoria "Entrada" como o "Melhor Valor de Revenda - Auto", da agência Auto Informa;

• Kwid venceu em quatro categorias no Ranking Folha-Meu! 2017: aceleração com etanol, consumo urbano com gasolina e consumo rodoviário com etanol e gasolina;
• Kwid recebeu o "Selo Segurança Motor", com a categoria como até R\$ 45 mil, do site Motor 1;
• Sandero RLS 2.0 venceu como o melhor carro de passeio acima de 2,0 no prêmio Caravaghi L'Auto Preferita;

• Sandero RLS 2.0 Racing Spirit foi eleito o "Esportivo até 350 mil" no prêmio Melhor Compra da revista Quatro Rodas;
• Sandero 1.6 2017 foi eleito o " Hatch até R\$ 30.000" no prêmio Melhor Compra da revista Quatro Rodas;

• Logan Authentique 2017 foi eleito o "Sedã até R\$ 35.000" no prêmio Melhor Compra da revista Quatro Rodas;
• Master foi eleito o "Utilitário" e o "Melhor Valor de Revenda" e também venceu o categoria "Furgão de carga" para o Master, pela Agência Auto Informa;

• A plataforma on-line K-Commerce venceu como "Marca Digital" no prêmio Carro do Ano 2019 da revista Autoinforma e também no "Grand Prix" e categoria "Varejo" no prêmio Top de marketing da ADNB-PR;

• Luiz Fernando Pedroni foi eleito o "Presidente de Empresa do ano" no prêmio Personalidades Topview 2018;

• Projeto Casa da Colônia, programa de desenvolvimento de renda da Associação Borda Viva apoiado pelo Instituto Renault, venceu o 8º Prêmio AEA de Meio Ambiente e recebeu o reconhecimento como um dos empreendimentos mais sustentáveis e sociais segundo a The Green Organization Foundation, de Londres;

• O Renault Experience foi o vencedor do 11º Prêmio Celina Silva de Empreendedorismo

Sustentável, na categoria Economia;
• Renault foi eleita a melhor empresa para se trabalhar no "Vozes S/A - As 150 melhores empresas para trabalhar".

RENAULT, 30 ANOS DE FÁBRICA NO BRASIL
Em 2018 a Renault completou 20 anos de fábrica no Brasil. Para celebrar esta importante data para a história da marca no país, diversos eventos foram realizados. Além do patrocínio à Maratona de Curitiba, a mais importante corrida de rua do país, a Renault também realizou no Complexo Ayrton Senna um evento para mais de 8 mil pessoas no dia 04 de dezembro, data de seu aniversário. Estiveram presentes no evento: colaboradores, fornecedores, jornalistas e autoridades locais. Para comemorar a importante ocasião com a cidade, também foi realizado o patrocínio à Festa de Música na Praça de Espanha, festival que contou com diversas atrações musicais e a exposição de veículos atuais e históricos da Renault.

RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL
Em 2018, o Instituto Renault completou 8 anos de existência. Desde sua criação, cerca de 700 mil pessoas já foram impactadas pelos projetos, que são desenvolvidos em dois eixos: Mobilidade Sustentável e Inclusão.

Fundado em 14 de setembro de 2010, o Instituto Renault terminou 2018 com a conclusão de um importante trabalho: o mapa social da região do Bordo de Campo, nos arredores do Complexo Ayrton Senna, em São José dos Pinhais. O mapa social é uma ferramenta ampla, utilizada para identificar o nível de desenvolvimento de um território, demandas, rede de serviços, tendências e oportunidades de investimentos. Para a elaboração do mapa foram adotados 32 indicadores que tratam da realidade da região e permitem traçar uma direção dos produtos investimentos com foco no impacto social.

Em 2018, o programa "O Trânsito e Eu", de livre iniciativa, inaugurou uma nova modalidade, promovendo educação para segurança no trânsito para crianças, em Anapólias, no Paraná. Ao todo, já são oito municípios que contam com o programa: Curitiba, São José dos Pinhais, Maringá e Anapólias, no Paraná; Piraíbas (RS); além das cidades paulistas de São Bernardo do Campo, Santa Bárbara d'Oeste e São Paulo, capital.

Outro marco foi a conclusão do alvará zero, ou seja, nenhuma planta das fábricas é encaminhada para aterro sanitário.

Agradecimentos
Manifestamos nossos agradecimentos aos fornecedores, concessionárias, bancos, acionistas e demais parceiros pela confiança depositada em nossa empresa, aos clientes que mantêm sua preferência pelos nossos produtos e, principalmente aos colaboradores que, através de sua competência, lealdade e dedicação, que asseguram o progresso do empreendimento.

São José dos Pinhais/PR, 31 de março de 2019
A Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 - (Em Milhares de Reais - R\$)

	ATIVO		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
	Notas explicativas	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2017
Ativo				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	5	2.095.717	1.721.687	2.212.587
Clientes	10	621.327	885.946	565.823
Efeitos	11	823.825	863.337	915.818
Impostos a recuperar	12	238.880	310.288	274.180
Depósitos bancários		45.045	88.545	88.545
Outros ativos circulantes	13	280.928	225.031	172.351
		4.012.999	4.004.814	4.245.331
Não circulante				
Depósitos judiciais	20	450.631	63.032	452.855
Impostos diferidos	22	84.587	93.813	104.351
Impostos a recuperar	12	206.079	192.088	206.520
		741.297	347.933	363.515
Investimentos	14	67.501	48.688	6
Intangível	16	2.890.876	2.782.428	3.044.967
		14.914	24.025	14.504
		2.972.691	2.843.149	3.059.471
Total do ativo		7.704.697	7.246.661	7.568.564
Passivo e Patrimônio Líquido				
Circulante				
Fornecedores	17	1.562.033	1.547.990	1.626.267
Empregados e financiamentos	18	1.988.619	1.853.882	1.966.982
Débitos	18	130.280	130.280	130.281
Obrigações tributárias	20	238.851	125.490	248.471
Obrigações sociais e previdenciárias		304.293	242.910	309.910
Empresas ligadas	19	56.483	71.881	68
Imposto de renda e contribuição social a pagar		80.288	-	81.158
Provisões contábeis		99.381	89.428	89.281
Outros passivos circulantes		116.828	104.977	116.828
		31.963	-	31.963
		4.501.286	3.985.710	4.501.811
Passivo não circulante				
Empregados e financiamentos	18	421.741	1.061.327	690.668
Quilômetros	18	25.000	125.000	25.000
Provisão para contingências	23	443.554	128.100	443.004
Provisão para garantias		125.673	78.874	129.675
Obrigações tributárias	20	145.002	189.684	145.002
Débitos e outros		18.806	18.806	18.806
Outros passivos		350	350	350
		1.100.644	1.572.131	1.747.115
		5.601.930	5.557.841	6.248.926
Total do passivo e do patrimônio líquido		7.704.697	7.246.661	7.568.564
Patrimônio líquido				
Capital social	21	2.285.883	2.265.893	2.265.893
Reserva legal	21	61.300	61.300	61.300
Reservas de administração	21	966.078	715.790	995.678
Reserva de lucro	21	-	98.214	98.214
Prófitos Acumulados		(1.346.508)	(1.535.386)	(1.535.386)
Patrimônio líquido atribuível aos controlados		2.042.461	1.724.809	2.042.461
Participação de não controlados		-	1.263	346

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 - (Em milhares de reais - R\$)

	Notas explicativas	Controlados		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
Receita líquida de vendas	26	12.871.567	11.258.943	12.138.345	11.518.300
Costo dos produtos vendidos e serviços prestados	27	(10.900.050)	(9.154.276)	(11.082.882)	(9.293.959)
Resultado bruto		1.971.517	2.104.667	2.102.483	2.224.341
Recursos (despesas) operacionais					
Variação	27	(872.854)	(1.138.507)	(885.251)	(1.158.565)
Perda ao valor recuperável		(16.517)	(715)	(11.218)	42
Ganhos e administrativos	27	(880.845)	(811.138)	(642.093)	(870.801)
Resultado de equidade patrimonial	14	47.167	32.382	-	-
Outras receitas operacionais, líquidas	27	347.830	477.051	373.963	499.421
Lucro operacional antes das receitas e despesas financeiras		502.368	601.150	537.316	696.221
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	28	803.560	328.818	807.880	330.231
Despesas financeiras	28	(871.291)	(734.122)	(992.832)	(754.581)
Variação cambial líquida	29	59.900	30.997	74.946	32.029
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		454.537	266.043	420.310	303.680
Imposto de renda e contribuição social correntes	22	(60.287)	(64.004)	(64.004)	(70.741)
Lucro de exercício		394.250	202.039	356.306	232.939
Lucro atribuível:					
Acionistas controladores		355.034	359.815	335.924	353.816
Acionistas não controladores		-	-	680	616

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 - (Em milhares de reais - R\$)

	Controlados		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Lucro de exercício	394.250	202.039	356.306	232.939
Outros resultados abrangentes				
Resultado abrangente total do exercício	394.250	202.039	356.306	232.939

DEMONSTRAÇÕES DAS MUDAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 - (Em milhares de reais - R\$)

	Notas explicativas	Controlados		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
Saldos em 1 de Janeiro de 2017					
Lucro líquido do exercício:					
Integração de capital social	21	1.136.883	-	1.136.883	-
Contribuição de reservas legais	21	-	(17.681)	-	(17.681)
Contribuição de reservas de lucros	21	-	(230.185)	-	(230.185)
Distribuição de juros sobre capital próprio	21	-	99.214	-	99.214
Saldo em 31 de dezembro de 2017		1.136.883	99.214	1.136.883	99.214
Saldo em 31 de dezembro de 2018		2.373.766	208.928	2.373.766	208.928
Reserva legal	21	220.105	220.105	220.105	220.105
Reserva de lucros	21	99.214	99.214	99.214	99.214
Reserva de administração	21	715.790	715.790	715.790	715.790
Reserva de lucro	21	98.214	98.214	98.214	98.214
Prófitos Acumulados	21	(1.346.508)	(1.535.386)	(1.346.508)	(1.535.386)
Participação de não controlados	21	1.263	346	1.263	346
Saldo em 31 de dezembro de 2018		2.373.766	208.928	2.373.766	208.928

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Continuação em página 2



RENAULT DO BRASIL S.A. e CONTROLADA

CNPJ 00.913.443/0001-73

RENAULT

RENAULT

Continuação de página 1

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 - (Em milhares de reais - R\$)

	Notas explicativas	Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
Afiliadas operacionais					
Lucro do exercício		514.554	353.816	515.574	354.433
Apêlos para reconstruir o prejuízo líquido do exercício com o caixa gerado pelas atividades operacionais:					
Degradação e amortização	15 e 16	460.124	432.385	466.890	438.331
Realização de juros a valor presente		3.325	4.254	3.325	4.239
Provisão para perdas de créditos esperados	16	10.517	714	11.218	42
Reversão provisória para perdas nos estoques	11 (12.918)	6.732	(13.290)	7.383	
Tributação patronal	14 (47.167)	(32.382)		(32.389)	
Provisão para riscos	20 (71.902)	(28.979)	(72.311)	(23.909)	
Provisão para garantias		62.448	64.365	62.447	64.365
Provisões diversas		(31.353)		(31.353)	
Atualização monetária dos depósitos judiciais		(193.301)		(120.301)	
Resultado na alienação de ativo imobilizado	24 (44.745)	(31.552)	(44.745)	(33.277)	
Imposto de renda e contribuição social contábil	38	80.287		84.024	(84.024)
Imposto de renda e contribuição social contábil	22	3.225	(68.938)	7.821	(74.287)
Imposto de renda e contribuição social diferido		142.322	(29.329)	128.441	(91.272)
Juros e atualização cambial não realizados		954.021	584.047	1.007.140	620.454
(Aumento) redução nos ativos operacionais:					
Clientes	11	346.518	(133.552)	392.056	(128.829)
Empreiteiros	11	36.507	(81.262)	41.915	(101.809)
Impostos a recuperar	12	58.352	(103.596)	(176.598)	38.543
Depósitos judiciais	22	(54.922)	(1.988)	(58.911)	(1.970)
Diversos antecipados		43.500	(9.201)	41.500	(9.201)
Outros ativos		(55.194)	4.302	(29.456)	18.996
Aumento (redução) nos passivos operacionais:					
Fornecedores		38.557	217.916	(38.077)	236.975
Obrigações tributárias		38.224		7.822	
Outros passivos		30.656	(190.738)	33.405	(12.178)
Impostos pagos sobre o lucro		2.333		20.002	
Fluxo de caixa das atividades operacionais		1.415.608	226.925	1.492.989	309.748
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Aquisição de imobilizado e intangível	15 e 16	(579.807)	(783.018)	(936.990)	(763.314)
Dividendos e juros sobre capital próprio recebidos		26.355			
Recebimento na liquidação de swap		195.412		195.412	
Aumento na participação de capital social	21		1.136.883		1.136.882
Aplicações Financeiras			85.711		41.834
Recebimento pela alienação de bens do ativo imobilizado		196.583	153.838	296.533	153.837
Caixa líquido (aplicado) gerado das atividades de investimento		(221.897)	596.213	(449.945)	571.009
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Obtenção de empréstimos		1.885.278	3.072.561	1.885.278	3.072.439
Pagamentos de empréstimos		(2.983.348)	(4.115.343)	(2.583.688)	(4.115.340)
Pagamento de juros sobre empréstimos		(111.021)	(325.817)	(111,021)	(325,817)
Caixa líquido aplicado pelas atividades de financiamento		(1.209.091)	(768.599)	(1.209,091)	(768,599)
Aumento do saldo de caixa e equivalentes de caixa		276.526	44.788	388.512	105.219
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		1.791.987	1.874.917	1.817.375	1.712.162
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		2.068.513	1.919.705	2.205.887	1.817.381
		373.029	44.788	388.512	105.219

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIOS FIMDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificamente indicado)

1 Contorno operacional
A Renault do Brasil S.A. ("Companhia"), com sede na Avenida Renault, 1300 no bairro Ponta do Campo em São José dos Pinhais, Paraná, é uma companhia subsidiária de capital limitado e parte integrante do Grupo Renault, com sede em Paris - França. A Companhia tem por objeto social o desenvolvimento, produção, importação, exportação e comercialização de veículos automotores de passeio e comerciais leves, bem como de motores, componentes e peças de reposição.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem a controlada Renault do Brasil Comércio e Participações Ltda. que tem por objetivo a comercialização de peças, acessórios e componentes para veículos da marca Renault.

1.1 Integração de capital em 2017
Em 28 de outubro de 2017, foi aprovado o aumento de capital da sociedade no valor de R\$ 1.140.027 mediante emissão de 394.893.008,594 ações ordinárias nominativas, em valor nominal de R\$ 1,00 por ação, para a Renault do Brasil S.A.S.

1.2 Endividamento
A Administração da Companhia mantém o plano de investimento estabelecido para 2019, que contempla aquisição de máquinas e equipamentos e modernização de capacidade, para lançamento de novos veículos, entre outros. Em 2017 a Companhia realizou a emissão de capital, consequentemente a estrutura de balanço, com o aporte de capital pelo meio externo, um emprestimo reconstrói que tem o objetivo de liquidação de dívidas de curto prazo. Em 2018, a Companhia obteve resultados positivos com a redução de endividamento líquido, a geração de caixa e a obtenção de linhas de crédito com taxas de juros mais baixas. Em 2018, a Companhia tem como perspectivas, a geração de caixa operacional e a redução do seu nível de endividamento junto aos bancos comerciais.

As decisões de investimento, assim como o planejamento estratégico da Companhia e sua controlada, foram discutidas e aprovadas por sua controladora. Transações com partes relacionadas

Conforme descrito na nota explicativa nº 19, a Companhia mantém transações em montantes significativos com partes relacionadas. Relembra transações não realizadas com base em condições negociadas entre a Companhia e as empresas relacionadas, considerando-se a estrutura operacional e o capital do Grupo Renault.

2 Base de preparação
2.1 Declaração de conformidade
As demonstrações financeiras individuais e consolidadas (denominadas "Grupo") foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela Diretoria em 25 de março de 2019. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Detalhes sobre as políticas contábeis do Grupo estão apresentadas na nota explicativa 7.

Esta é a primeira vez que as demonstrações financeiras anuais do Grupo no qual o CPC 47 - Resulta de Contingência com Cliente e o CPC 48 - Instrumentos Financeiros foram aplicados. Mudanças nas principais políticas contábeis estão descritas na Nota explicativa 6.

Todas as informações sobre estas práticas das demonstrações financeiras, e assim como elas, estão sendo entendidas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2 Base funcional e de apresentação
Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais, que é o meio funcional da Companhia e de suas controladas. Todas as entradas foram apresentadas para o mesmo caso período, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos
Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e práticas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir destas estimativas.

As estimativas e pressões são revisadas de forma contínua. As revisões dos efeitos são reconhecidas prospectivamente.

a. Julgamentos
As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa 7: reconhecimento de receita, realização de provisões de depreciação;
- Nota explicativa 7: reconhecimento de receita, realização de provisões de depreciação;
- Nota explicativa 7: reconhecimento de receita, realização de provisões de depreciação;
- Nota explicativa 7: reconhecimento de receita, realização de provisões de depreciação;

b. Incertezas sobre pressões e estimativas
As informações sobre as incertezas relacionadas a provisões e despesas em 31 de dezembro de 2018 que possuem um risco significativo de resultar em uma material não exatidão contábil de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa 7: reconhecimento de receita, realização de provisões de depreciação;
- Nota explicativa 7: reconhecimento de receita, realização de provisões de depreciação;
- Nota explicativa 7: reconhecimento de receita, realização de provisões de depreciação;
- Nota explicativa 7: reconhecimento de receita, realização de provisões de depreciação;

Nota explicativa 19 - mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber e ativos contratuais: principais práticas na determinação da taxa média ponderada de perda;

Nota explicativa 15 - teste de restrição ao valor recuperável de ativos: principais práticas em relação aos valores recuperáveis, incluindo o reconhecimento de provisões de depreciação;

Nota explicativa 22 - reconhecimento de ativos financeiros: disponibilidade de caixa líquido futuro contra o qual diferenciamos temporariamente dívidas e provisões para perdas esperadas;

Nota explicativa 23 - reconhecimento de provisões e contingências: principais práticas sobre a probabilidade e magnitude das fontes de recursos;

(i) Mensuração de valor justo
Uma série de políticas e divulgações contábeis do Grupo requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

O Grupo reconhece as transações em nível de mensuração de valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorrem as mudanças. A equipe de avaliação utiliza regularmente dados não observáveis significativos e fontes de avaliação. De sua informação de mercado, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizado para mensurar valor justo. A equipe de avaliação realiza as seguintes atividades de fontes para suportar a conclusão de que as avaliações atendem os requisitos dos CPCs, incluindo o nível de base de dados do valor justo em que as análises devem ser classificadas. Questões significativas de avaliação são reportadas para o Comitê de Auditoria do Grupo.

Quando o valor justo de um ativo ou um passivo, o Grupo usa dados observáveis de mercado, tal como o preço de mercado, tal como o preço de mercado.

O Grupo reconhece as transações em nível de mensuração de valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorrem as mudanças. Informações adicionais sobre as práticas utilizadas na mensuração de valores estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa 22 - Instrumentos financeiros, conforme descrito na nota explicativa 7, e a Companhia usa técnicas de avaliação que incluem informações que não se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros. A nota explicativa 20 oferece informações detalhadas sobre as principais práticas utilizadas na determinação do valor justo de instrumentos financeiros, bem como a análise de sensibilidade dessas pressões;
- Mensuração de principais passivos contábeis

CPC 47 e CPC 48 a partir de 1º de janeiro de 2018. Uma série de outras novas normas também entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018, mas não afetaram materialmente as demonstrações financeiras do Grupo.

Devido aos métodos de transição escolhidos pelo Grupo na aplicação dessas normas, as informações comparativas das demonstrações financeiras não foram reavaliadas para refletir os requisitos das novas normas, exceto pela apresentação separada de redução ao valor recuperável de contas a receber.

CPC 48 Instrumentos Financeiros
CPC 48 estabelece requisitos para reconhecer e mensurar ativos financeiros, passivos financeiros e alguns contratos de compra ou venda de itens não financeiros. Esta norma substitui o CPC 38 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

Como resultado da adoção do CPC 48, o Grupo adotou as alterações consequentes ao CPC 28 Apresentação de Demonstrações Financeiras, que exigem que a apresentação das demonstrações financeiras seja apresentada separadamente na demonstração do resultado. Adicionalmente, a adoção do Grupo era incluir a redução ao valor recuperável de contas a receber em outras despesas. As perdas por redução ao valor recuperável de outros ativos financeiros são apresentadas na rubrica de "despesas financeiras", similar à apresentação no CPC 38, não apresentadas separadamente na demonstração do resultado.

Classificação e mensuração
CPC 48 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros, mensurados ao custo amortizado, VJORA e VJR. A classificação de ativos financeiros de acordo com o CPC 48 é geralmente baseada no modelo de negócio ao qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxo de caixa contratuais. O CPC 48 elimina as categorias antigas do CPC 38 de fluxos recebidos até o vencimento, emontados e recebíveis e derivativos para venda. De acordo com o CPC 48, os derivativos emontados em que o contrato principal é um ativo financeiro ou um passivo financeiro não são separados.

Em um caso, o instrumento financeiro híbrido é avaliado para classificação como um todo.

O CPC 48 mantém as grandes partes dos instrumentos financeiros no CPC 38 para a classificação e mensuração de passivos financeiros. A adoção do CPC 48 não teve um efeito significativo nas práticas contábeis do Grupo relacionadas a passivos financeiros e instrumentos financeiros derivativos.

Considerando o custo-benefício e o respectivo impacto nas demonstrações financeiras de transações anteriores, a Companhia não requisitou informações comparativas decorrentes das alterações na mensuração de instrumentos financeiros em transações de perdas de créditos esperados. Conforme demonstrado anteriormente, as diferenças nos saldos contábeis de ativos e passivos financeiros resultantes da adoção do CPC 48 foram reconhecidas nos valores acumulados em 1º de janeiro de 2018. O impacto em 2018 decorrente das perdas de créditos esperados foi de R\$ 700.

O CPC 48 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, VJORA e VJR. A classificação de ativos financeiros de acordo com o CPC 48 é geralmente baseada no modelo de negócio ao qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxo de caixa contratuais. O CPC 48 elimina as categorias antigas do CPC 38 de fluxos recebidos até o vencimento, emontados e recebíveis e derivativos para venda. De acordo com o CPC 48, os derivativos emontados em que o contrato principal é um ativo financeiro ou um passivo financeiro não são separados.

Em vez disso, o instrumento financeiro híbrido é avaliado para classificação como um todo.

(ii) Classificação - Passivos Financeiros
O CPC 48 mantém em grande parte as regras existentes no CPC 38 para a classificação e mensuração de passivos financeiros. A adoção do CPC 48 não teve um efeito significativo nas práticas contábeis do Grupo relacionadas a passivos financeiros e instrumentos financeiros derivativos.

(iii) Divulgações
O CPC 48 exige novas divulgações, especificamente sobre a contabilidade de risco de crédito e perdas de crédito esperadas. A avaliação da Companhia incluiu uma análise para identificar deficiências em relação a informações requeridas nos processos atuais e a Companhia está em processo de implementação de mudanças em seus sistemas e controles para atender aos novos requisitos.

(iv) Transações
As mudanças nas políticas contábeis resultantes da adoção do CPC 48 foram aplicadas retrospectivamente, exceto as mudanças descritas a seguir:

- A Companhia irá aproveitar a opção que lhe permite não apresentar informações comparativas de períodos anteriores decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros (incluindo perdas de créditos esperados). As diferenças nos saldos contábeis de ativos e passivos financeiros resultantes da adoção do CPC 48 serão geralmente reconhecidas nos valores acumulados e reservas em 1º de janeiro de 2018. Dessa forma, as informações apresentadas para 2017 não refletem os requisitos do CPC 48, exceto o CPC 38.
- As seguintes informações foram obtidas com base nos fatos e circunstâncias existentes na data de apresentação inicial:
 - A determinação do modelo de negócio dentro do qual um ativo financeiro é mantido;
 - A identificação e a mensuração de obrigações anteriores de instrumentos ativos e passivos financeiros de acordo com o VJR;
 - A destinação de determinados investimentos em instrumentos patrimoniais não vendidos para negociação com VJORA.

CPC 47 Resulta de Contingência com Cliente

O CPC 47 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se e quando um receita é reconhecida e por quanto a receita é mensurada. Ele substitui o CPC 30 - Resulta de Contingência com Cliente e o CPC 37 - Contas de Contingência e Instrumentos Relacionados. De acordo com o CPC 47, a receita é reconhecida quando o cliente obtém o controle dos bens ou serviços. Descrevem o momento de transferência de controle - em um momento específico no tempo ou ao longo do tempo - requer julgamento.

A receita é mensurada com base na contrapartida especificada no contrato com o cliente. O Grupo reconhece a receita quando transfere o controle sobre o serviço ao cliente.

A tabela abaixo fornece informações sobre a natureza e a época do cumprimento de obrigações de desempenho em contratos com clientes, incluindo condições de pagamento tributárias e as políticas de reconhecimento de receita relacionadas.

Tipo de serviço	Natureza e época do cumprimento das obrigações de desempenho, incluindo condições de pagamento tributárias	Reconhecimento de receita conforme o CPC 47 (aplicado a partir de 1º de janeiro de 2018)	Reconhecimento de receita conforme o CPC 38 (aplicado antes de 1º de janeiro de 2018)
Venda de veículos	Os clientes obtêm controle do veículo no momento em que são entregues e aceita em suas dependências, ou quando são aceitos e estão disponíveis para retirada no salão de Companhia. Nenhum desconto é concedido posteriormente e vende, tampouco existem programas de fidelidade na empresa.	A receita é reconhecida quando os produtos são entregues e aceites pelos clientes em suas dependências. Para contratos que permitem ao cliente devolva os mercadorias, a receita é reconhecida no valor da receita acumulada reconhecida não cancelada. Quando o cliente não reconhece a receita, a receita é reconhecida no valor de devolução a ser devolvido ao cliente.	Reconhecimento de receita conforme o CPC 38 (aplicado antes de 1º de janeiro de 2018)
Serviços prestados	O Grupo realiza serviços de gerenciamento nos projetos do Grupo mundial, e, as faturas de serviço são emitidas mensalmente conforme horas realizadas.	A receita é reconhecida ao longo do tempo conforme os serviços são prestados. O valor da receita a ser reconhecida é avaliado com base em análises de progresso do trabalho realizado.	A receita era reconhecida proporcionalmente ao custo de conclusão de transação na data do balanço. O estágio do projeto era determinado com base em avaliação de progresso do trabalho realizado.

O Grupo adotou o CPC 47 usando o método de efeito cumulativo (sem expectativas prévias), com o efeito de aplicação inicial da norma em 1º de janeiro de 2018.

Consequentemente, a informação apresentada para 2017 não foi reavaliada - isto é, está apresentada, conforme reportado anteriormente, sob o CPC 30, o CPC 17 e interpretações relacionadas. Além disso, os requisitos de divulgação do CPC 47, em geral, não foram aplicados à informação comparativa.

Continue na página 3

RENAULT DO BRASIL S.A. e CONTROLADA

CNPJ 00.913.443/0001-73

RENAULT
Caracterização de página 2
Base de mensuração
Demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção das seguintes...

despesas de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para:
Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios...

As demonstrações contábeis geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal avulsos.
Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR...

RENAULT DO BRASIL S.A. & CONTROLADA

CNPJ 00.913.443/0001-73

RENAULT

RENAULT

C. Estimação da página 3

O Grupo transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa esperados, ou quando o Grupo transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa esperados, ou quando o Grupo transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa esperados...

Passivo financeiro
O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é revogada, cancelada ou expirada...

Provisão
O Grupo reconhece uma provisão para perdas em um momento em que a perda de crédito esperada para a vida inteira...

Ativos financeiros não derivativos
Ativos financeiros não derivativos são instrumentos financeiros que não são derivativos e não são classificados como ativos financeiros...

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado são instrumentos financeiros que são mensurados ao custo amortizado...

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado são instrumentos financeiros que são mensurados ao custo amortizado...

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado são instrumentos financeiros que são mensurados ao custo amortizado...

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado são instrumentos financeiros que são mensurados ao custo amortizado...

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado são instrumentos financeiros que são mensurados ao custo amortizado...

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado são instrumentos financeiros que são mensurados ao custo amortizado...

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado são instrumentos financeiros que são mensurados ao custo amortizado...

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado são instrumentos financeiros que são mensurados ao custo amortizado...

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado são instrumentos financeiros que são mensurados ao custo amortizado...

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado são instrumentos financeiros que são mensurados ao custo amortizado...

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado são instrumentos financeiros que são mensurados ao custo amortizado...

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado são instrumentos financeiros que são mensurados ao custo amortizado...

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado são instrumentos financeiros que são mensurados ao custo amortizado...

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado são instrumentos financeiros que são mensurados ao custo amortizado...

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado são instrumentos financeiros que são mensurados ao custo amortizado...

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado são instrumentos financeiros que são mensurados ao custo amortizado...

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado são instrumentos financeiros que são mensurados ao custo amortizado...

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado são instrumentos financeiros que são mensurados ao custo amortizado...

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado são instrumentos financeiros que são mensurados ao custo amortizado...

relacionada objetivamente a um evento subsequente ao reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável, a provisão é revertida através do resultado.

(f) Ativos não financeiros
Os valores contábeis dos ativos não financeiros do Grupo, que não estejam e ativos financeiros, são mensurados a cada data de balanço para garantir a imparcialidade da perda por redução ao valor recuperável. Caso ocorra tal redução, então o valor recuperável do ativo é ajustado.

Para estes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGCs), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, e estas são não em grande parte interdependentes das entradas de caixa de outros ativos de UGC.

O valor recuperável de um ativo de UGC é o maior entre o seu valor em uso e seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados e valor presente usando uma taxa de desconto antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado do valor do ativo no tempo e os riscos específicos do ativo de UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes a UGCs são reversíveis até o limite do valor contábil do ativo de UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos de UGC (ou grupo de UGCs) de forma proporcional.

Provisões
As provisões são determinadas pelo meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do ativo no tempo e a riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desdobramento do desconto pelo pagamento do tempo são reconhecidos no resultado como despesas financeiras.

Garantias
Uma provisão para garantia é reconhecida quando o produto ou serviço a que se referem são vendidos, com base em dados históricos e ponderação de fatores potenciais e suas respectivas probabilidades. As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legais ou estatutárias) resultantes de vendas passadas, em que seja possível estimar o valor de forma confiável e sua liquidação seja provável.

A Companhia oferece garantias de 1 a 3 anos para cobertura de problemas de fabricação. Os valores são provisionados com base em estatísticas, histórico com parâmetro, médias históricas dos gastos incorridos, de acordo com as unidades responsáveis pelo gerenciamento de garantia, as quais são revisadas anualmente.

Provisão para contingências
É constituída com base na avaliação efetuada pelos consultores jurídicos e pela Administração de Contabilidade das prováveis perdas com o processo judicial, de acordo com o curso de decisão judicial, quando existente.

Provisão caseiras
Relativa ao, principalmente, a provisões com comissões e itens semelhantes para a consolidação de veículos, de acordo com análises efetuadas pelo departamento comercial, as quais são revisadas anualmente.

Ativos e passivos
Ativos e passivos são determinados pelo meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do ativo no tempo e a riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desdobramento do desconto pelo pagamento do tempo são reconhecidos no resultado como despesas financeiras.

Ativos e passivos
Ativos e passivos são determinados pelo meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do ativo no tempo e a riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desdobramento do desconto pelo pagamento do tempo são reconhecidos no resultado como despesas financeiras.

Ativos e passivos
Ativos e passivos são determinados pelo meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do ativo no tempo e a riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desdobramento do desconto pelo pagamento do tempo são reconhecidos no resultado como despesas financeiras.

Ativos e passivos
Ativos e passivos são determinados pelo meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do ativo no tempo e a riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desdobramento do desconto pelo pagamento do tempo são reconhecidos no resultado como despesas financeiras.

Ativos e passivos
Ativos e passivos são determinados pelo meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do ativo no tempo e a riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desdobramento do desconto pelo pagamento do tempo são reconhecidos no resultado como despesas financeiras.

Ativos e passivos
Ativos e passivos são determinados pelo meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do ativo no tempo e a riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desdobramento do desconto pelo pagamento do tempo são reconhecidos no resultado como despesas financeiras.

Ativos e passivos
Ativos e passivos são determinados pelo meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do ativo no tempo e a riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desdobramento do desconto pelo pagamento do tempo são reconhecidos no resultado como despesas financeiras.

Ativos e passivos
Ativos e passivos são determinados pelo meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do ativo no tempo e a riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desdobramento do desconto pelo pagamento do tempo são reconhecidos no resultado como despesas financeiras.

Ativos e passivos
Ativos e passivos são determinados pelo meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do ativo no tempo e a riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desdobramento do desconto pelo pagamento do tempo são reconhecidos no resultado como despesas financeiras.

Ativos e passivos
Ativos e passivos são determinados pelo meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do ativo no tempo e a riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desdobramento do desconto pelo pagamento do tempo são reconhecidos no resultado como despesas financeiras.

Ativos e passivos
Ativos e passivos são determinados pelo meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do ativo no tempo e a riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desdobramento do desconto pelo pagamento do tempo são reconhecidos no resultado como despesas financeiras.

Ativos e passivos
Ativos e passivos são determinados pelo meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do ativo no tempo e a riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desdobramento do desconto pelo pagamento do tempo são reconhecidos no resultado como despesas financeiras.

Ativos e passivos
Ativos e passivos são determinados pelo meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do ativo no tempo e a riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desdobramento do desconto pelo pagamento do tempo são reconhecidos no resultado como despesas financeiras.

Ativos e passivos
Ativos e passivos são determinados pelo meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do ativo no tempo e a riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desdobramento do desconto pelo pagamento do tempo são reconhecidos no resultado como despesas financeiras.

Ativos e passivos
Ativos e passivos são determinados pelo meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do ativo no tempo e a riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desdobramento do desconto pelo pagamento do tempo são reconhecidos no resultado como despesas financeiras.

Ativos e passivos
Ativos e passivos são determinados pelo meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do ativo no tempo e a riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desdobramento do desconto pelo pagamento do tempo são reconhecidos no resultado como despesas financeiras.

10 Clientes

Clientes	Controladora		Controlado	
	2018	2017	2018	2017
Clientes nacionais	40.447	220.937	99.999	220.099
Partes relacionadas (nota explicativa 19)	36.800	38.515	22.170	710
Clientes estrangeiros	23.282	13.224	28.476	7.831
Partes relacionadas (nota explicativa 19)	438.206	641.998	485.275	688.283
Totais	538.540	862.942	608.919	918.100
Provisão para perda de crédito esperada (17.513)	(8.996)	(21.098)	(8.276)	(8.276)
Contas a receber, líquido	529.527	833.844	600.643	909.824

Saldo no início do exercício	Controladora		Controlado	
	2018	2017	2018	2017
Saldo no início do exercício	(5.398)	(6.267)	(8.479)	(9.433)
Adições	(11.645)	(4.348)	(12.945)	(5.442)
Baixas	1.128	3.824	1.128	5.296
Saldo no final do exercício	(17.513)	(6.791)	(20.296)	(9.579)

O período médio de recebimento na venda de produtos foi de 22 dias em 2018 (14 dias em 2017). A conta a receber de partes relacionadas (nacionais e estrangeiras) incluiu os valores acima totalizando R\$ 475.011 em 2018 (R\$ 678.811 em 2017) e estão apuradas de acordo com a seguinte explicação:

Clientes	Controladora		Controlado	
	2018	2017	2018	2017
Créditos a vencer	332.868	664.410	253.255	679.698
Créditos em atraso até 30 dias	36.557	5.301	43.486	118.527
Créditos em atraso de 31 a 60 dias	10.403	115.487	12.141	86.272
Créditos em atraso de 61 a 120 dias	33.511	63.621	37.238	10.868
Créditos em atraso acima de 120 dias	123.331	44.134	140.814	62.911
Totais	520.669	892.953	486.932	958.276

Em 2017 a provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída de acordo com a seguinte explicação:

Saldo no início do exercício	Controladora		Controlado	
	2018	2017	2018	2017
Saldo no início do exercício	(5.398)	(6.267)	(8.479)	(9.433)
Adições	(11.645)	(4.348)	(12.945)	(5.442)
Baixas	1.128	3.824	1.128	5.296
Saldo no final do exercício	(17.513)	(6.791)	(20.296)	(9.579)

A linha aplicada de perda esperada em 31/12/2018 foi de R\$ 0,28%, e a aplicada foi de R\$ 70,1.

11. Eslovenas

Veículos	Controladora		Controlado	
	2018	2017	2018	2017
Veículos	172.270	282.234	172.270	282.234
Motores	32.418	25.896	32.418	25.896
Componentes para fabricação	553.989	520.000	553.989	520.000
Peças de reposição	117.399	13.803	102.897	106.018
Material de consumo e reposição	67.895	86.246	67.895	86.246
(1) Provisão para perdas nos estoques	(20.947)	(28.092)	(17.787)	(25.027)
Totais	922.974	956.275	892.546	959.418

Saldo no início do exercício	Controladora		Controlado	
	2018	2017	2018	2017
Saldo no início do exercício	(58.882)	(50.126)	(65.007)	(57.704)
Adições	(51.821)	(74.803)	(61.827)	(81.703)
Baixas	64.736	72.076	65.101	74.546
Saldo no final do exercício	(45.967)	(52.853)	(61.733)	(64.861)

A provisão para perdas nos estoques é constituída de acordo com a seguinte explicação:

Saldo no início do exercício	Controladora		Controlado	
	2018	2017	2018	2017
Saldo no início do exercício	(58.882)	(50.126)	(65.007)	(57.704)
Adições	(51.821)	(74.803)	(61.827)	(81.703)
Baixas	64.736	72.076	65.101	74.546
Saldo no final do exercício	(45.967)	(52.853)	(61.733)	(64.861)

12. Impostos e recuperáveis

Impostos e recuperáveis	Controladora		Controlado	
	2018	2017	2018	2017
Impostos de renda e contribuição social	74.920	43.981	85.673	65.080
Impostos e IRPF	128.407	216.521	146.608	223.778
IRPJ a recuperar	13.146	31.222	13.148	31.232
IRPJ a recuperar	6.815	14.889	13.128	19.849
IRPJ/COFINS a recuperar	18.977	4.575	16.887	4.575
Outros impostos	236.869	216.288	274.181	344.714
Totais	578.534	527.506	657.627	709.238

13. Outros ativos circulantes

Ativos e passivos	Controladora		Controlado	
	2018	2017	2018	2017
Ativos e passivos	1.808	7.150	6.995	2.216
Ativos e passivos	151.840	120.562	152.611	121.818
Ativos e passivos	112.658	61.550	112.658	61.550
Ativos e passivos	8.261	5.819	12.429	13.740
Totais	274.567	295.071	282.603	203.324

14. Investimentos

Investimentos	Controladora		Controlado	
	2018	2017	2018	2017
Renault do Brasil Ltda. e Participações Ltda.	67.201	45.960	67.201	45.960
Outros investimentos	35.500	66.999	35.500	66.999
Totais	102.701	112.959	102.701	112.959



RENAULT DO BRASIL S.A. & CONTROLADA

CNPJ 00.913.443/0001-73

RENAULT

RENAULT

Continuação da página 4

Abaixo segue informações sobre o investimento na RECP:

	2018	2017
Total do ativo	461.622	432.151
Total do passivo	383.188	384.556
Recursos próprios	530.900	483.121
Participação de terceiros	68.724	47.545
Participação no capital social	98.226	98.226
Saldo do investimento	62.581	46.899
Lucro líquido do exercício da controlada	50.074	34.633
Resultado de operações patrimoniais realizadas no exercício	47.167	32.982
Lucro dos acionistas não controladores	830	616

As operações de empréstimo e financiamento em moeda estrangeira feitas com esta proteção de conversão cambial por instrumentos financeiros conforme nota explicativa 30. O cronograma para pagamentos dos empréstimos de longo prazo é conforme abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
2083	291.458	251.453	291.458	251.453
2046	130.286	171.889	130.286	171.889
	421.744	423.342	421.744	423.342

Emissão de debêntures
Em 31 de março de 2018 a Renault do Brasil realizou a 1ª emissão de Debêntures simples, quinquenárias, não conversíveis em ações, em série única no montante total de R\$ 400.000 (quatrocentos milhões de reais), emitidas em 40.000 (quarenta mil) debêntures com valor nominal de R\$ 10 (dez mil reais) para distribuição pública, com amortização em 15 (quinze) parcelas semestrais e consecutivas a partir do 2º (segundo) mês contado da data de emissão, portanto nos meses de Março, Junho e Setembro. O último vencimento será em 19 de março de 2023 e remanescentes pela aplicação acumulada das taxas médias de juros de 7,00% (sete por cento) anuais, com base em 252 dias úteis - 113,5%. O pagamento das debêntures na CVM ocorreu em 7 de março de 2018.

	2018		2017	
	Cláusula	Valor	Cláusula	Valor
DEBÊNTURES	7,00%	100.000	100.200	25.000

O cronograma para pagamentos das debêntures de longo prazo é conforme abaixo:

	2018		2017	
	Cláusula	Valor	Cláusula	Valor
DEBÊNTURES	7,00%	100.000	100.200	25.000

12) Ativação de taxas que reduzem os prazos das condições de locação dos imóveis

Abaixo demonstramos a movimentação do ativo imobilizado:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Saldo no início do exercício	2.782.425	2.400.858	2.935.018	2.588.166
Adições	700.235	902.517	700.618	902.470
Rebaixos	(151.788)	(120.558)	(151.788)	(120.558)
Depreciação	(479.290)	(380.271)	(479.290)	(380.271)
Saldo no final do exercício	2.851.582	2.792.546	2.904.567	2.989.807

16) Intangível

Abaixo demonstramos a movimentação do ativo intangível:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Saldo no início do exercício	24.225	32.878	24.272	33.378
Adições	217	2.788	217	2.788
Amortização	(9.828)	(11.730)	(9.828)	(11.995)
Saldo no final do exercício	14.614	34.936	14.661	34.171

17) Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Terceiros	625.882	678.286	684.211	657.084
Partes relacionadas (nota 15)	36.382	30.500	36.382	27.443
Empresas	35.571	11.886	33.474	11.591
Partes relacionadas (nota 16)	670.558	627.052	670.367	627.083
	1.368.493	1.347.664	1.424.334	1.323.201

18) Empréstimos e financiamentos (controladora e consolidado)

As modalidades dos empréstimos e suas principais condições são:

	2018		2017	
	Cláusula	Valor	Cláusula	Valor
Intercampany (nota 18)	7,50% a 8,00%	21.050.019	755.242	-
ACC	2,82% a 3,30%	1.608.0018	227.949	894.051
PPE	4,03%	11.050.020	387.354	154.892
NCE	5,30% a 11,00%	2.995.020	38.482	104.937
FNMP	2,41% a 2,75%	24.070.019	387.154	315.707
CAPITAL DE GIRO (131)	2,70% a 3,25%	21.060.019	132.589	-
BNDES Etna	4,38% a 10,10%	1.505.020	54.894	232.210
BNDES Fvem BRL	2,5% a 8,42%	1.502.024	40.859	130.288
BNDES Engenharia Automotiva	4% a 7%	1.509.020	43.947	32.424
BNDES Fvem USD	6,8%	1.907.010	6.136	9.415
		1.388.618	421.741	1.688.832

19) Partes relacionadas

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Renault SAS	646	646	646	646
Renault ARGENTINA	-	-	-	-
Outras empresas ligadas	-	-	-	-
Total	646	646	646	646

Ativo

	2018		2017	
	Cláusula	Valor	Cláusula	Valor
Aplicações financeiras (a)	-	307.491	307.491	307.491
Cinco	827.717	14.827	85.300	94.011
Ativos em negociação	-	112.559	-	81.600
Ativo financeiro	827.717	127.326	392.791	283.102
Passivo	-	-	-	-
Reserva para pagar	56.433	-	56.433	71.382
Emprestimos a pagar	795.242	-	795.242	795.242
Ativos em negociação	-	-	-	-
Ativos em negociação	10.704	-	12	18.056
Débitos	-	-	-	-
Subtotal	827.717	14.827	85.300	94.011
Fornecedores	595.196	67	36.955	104.430
Ativo financeiro	1.423.697	67	36.955	104.430
Transações	-	-	-	-
Compras	2.051.888	16	58.347	19.842.382
Receitas	283.945	-	283.945	310.085
Despesas Financeiras	-	-	-	-
Total do passivo	2.051.888	16	58.347	19.842.382
Verdes sobre vendas	1.338.281	222.091	2.187.887	25.295.704
Verdes sobre compras	-	-	-	-
Total de ativos	1.338.281	222.091	2.187.887	25.295.704

(A) As aplicações financeiras com partes relacionadas estão assim representadas:

	Controladora e Consolidado	
	2018	2017
Empresas	-	-
Renault Finance	10.947	14.157
RCI Banque Brasil	328.544	364.267
	339.491	378.424

As principais empresas ligadas com as quais a Companhia mantém relações comerciais são: Renault Argentina, Renault SAS (França), SOFASA (Colômbia), Compañía (Chile), Nissan do Brasil, Companhia de Gestão de Resíduos.

As ações de participação importantes da Companhia (juntamente com as empresas relacionadas, Renault S.A. - França e Renault Argentina S.A. são, no seu totalidade, vendidas à controlada Renault do Brasil Comércio e Participações Ltda.

Remuneração do pessoal-chave da Administração
Em 31 de dezembro de 2018 a remuneração dos diretores e das demais pessoas-chave da Administração foi de R\$ 8.590 (R\$ 4.561) em 31 de dezembro de 2017. A remuneração total é composta por salário, bônus performance e benefícios, considerando as práticas de remuneração do Brasil e da França.

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Circulante	63.610	11.599	60.810	11.599
ICMS (a)	73.201	64.682	73.124	64.682
Impostos sobre importação	91.885	23.454	91.980	23.454
PIS/COFINS	20.544	1.742	20.888	1.974
IRRF e CIDE sobre royalties	16.588	21.036	16.588	21.036
Imposto de renda e contribuição social	60.286	-	61.158	23.741
IS	8.455	5.211	8.455	5.554
IRRF sobre JSCP	17.383	-	17.383	-
IRRF	6.284	7.529	7.425	8.174
	285.817	166.860	326.627	182.527

Não circulante
ICMS a receber (a)
Pacoteamento PERT (b)
Ajuda a valor presente

	2018		2017	
	Cláusula	Valor	Cláusula	Valor
ICMS a receber	38.058	45.515	38.058	45.515
Pacoteamento PERT (b)	115.994	127.594	115.994	127.594
Ajuda a valor presente	17.099	(10.415)	(10.415)	(10.415)
	161.151	162.694	142.637	162.694

a. ICMS a receber
A parcela relativa ao não circulante refere-se, substancialmente, ao benefício de crédito do ICMS a receber. Esse benefício foi concedido pelo Governo do Estado do Paraná a partir de 1997 e estendeu-se até abril de 2008, de acordo com os diversos programas vigentes à época. Esse benefício começou a ser pago em 2011 e possui vencimento final em junho de 2022.

b. Pacoteamento PERT - Regime Automotivo
Em 29 de setembro de 2017 a Companhia aderiu ao PERT (Programa Especial de Regularização Tributária) instituído pela MP 783 e posteriormente convertida na Lei 13.646. O pacoteamento foi desenvolvido através da Secretaria de Tecnologia Federal. A Companhia viu, desde então, judicialmente esta obrigação líquida, cujo processo, a partir da referida data foi adido em decorrência de adesão ao PERT, tornando-o, por valores, até então contabilizados na provisão para contingências, fossem necessitados para a conta de obrigações tributárias. O valor total do passivo em 31 de dezembro de 2018 e de R\$ 127.594, e está registrado R\$ 11.599 no grupo de outros impostos a pagar a receber no passivo circulante e R\$ 115.994 em outros ativos não circulantes.

Os contratos com o BNDES possuem cláusulas restritivas com relação aos volumes e prazos para exportação. Em caso de descumprimento dessas cláusulas, o BNDES poderá a qualquer tempo anular o pagamento antecipado das empréstimos. A Companhia reconhece o reconhecimento e o atendimento às cláusulas restritivas e em 31 de dezembro de 2018 estava aderente com as referidas condições contratuais. Essas condições são garantidas por cartas de fiança emitidas por bancos classificados como de primeira linha.

RENAULT DO BRASIL S.A. & CONTROLADA

CNPJ 00.913.443/0001-73



Continuação da página 4

Os valores (exceto de mercado) dos instrumentos financeiros derivativos em aberto em 31 de dezembro de 2018 e 2017 são conforme abaixo.

Instrumento	Descrição	Controladas e Controladas					
		2018		2017		2017	
		Valor de mercado	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de custo	Valor de mercado	Valor de custo
Ativo	Derivativo não-americano	2.096.336	2.082.117	2.048.806	2.073.904	147.770	136.442
	+ Taxa Fixa S.A.						(134.908)
Passivo	Derivativo não-americano	(1.978.251)	(1.978.803)	(1.966.780)	(2.805.813)	(30.799)	(31.169)
	+ Taxa Fixa S.A.	116.984	108.346	78.178	67.484	116.884	108.346

Gestão do risco de taxa de câmbio

A Companhia e sua controlada realizam transações em moeda estrangeira; consequentemente estão expostas às variações nas taxas de câmbio. As exposições aos riscos de taxa de câmbio são administradas de acordo com os parâmetros estabelecidos pelas estratégias aprovadas por meio da utilização de contratos de swap cambial.

Os valores contidos dos ativos e passivos monetários em moeda estrangeira expostos a riscos de variação cambial pertencentes à Companhia e sua controlada no fim do período de relatório são resumidos a seguir:

Em milhares de dólares ou euros	Controladas		Controladas	
	2018	2017	2018	2017
Dólar norte-americano	516.436	470.086	248.117	500.783
Euro	60.694	185.259	253.788	128.440

Análise de sensibilidade de moeda estrangeira

A Companhia e sua controlada estão expostas principalmente à variação cambial do euro e do dólar norte-americano.

A tabela a seguir mostra a sensibilidade da Companhia e sua controlada ao aumento e à redução de 10% no Real em relação a essas moedas estrangeiras. 10% de taxa de sensibilidade utilizada para apresentar imediatamente os riscos de moeda estrangeira ao pessoal-chefe da Administração e controlada à avaliação da Administração das possíveis transações nas taxas de câmbio. A análise de sensibilidade inclui somente as transações em aberto e em moeda estrangeira e ajusta sua conversão no final do exercício para uma mudança de 10% nas taxas de câmbio. Os valores apresentados a seguir representam um aumento ou uma diminuição no resultado no período líquido quando houve uma variação ou desvalorização de 10% do Real em relação à moeda em questão.

Impacto do Euro	2018		2017	
	Impacto do dólar norte-americano	Impacto do Euro	Impacto do dólar norte-americano	Impacto do Euro
Resultado	35,3%	76,75%	25,37%	97,06%

A Administração entende que a análise de sensibilidade não é representativa do risco de câmbio somente a essas operações, uma vez que a estratégia no fim do exercício não reflete a exposição durante o exercício.

Índice de envolvimento

Divisão	Controladas		Controladas	
	2018	2017	2018	2017
Divisão Total (a)	(4.248.875)	(4.854.105)	(4.480.201)	(4.904.349)
Empresas e investimentos	(1.615.110)	(2.717.179)	(1.788.906)	(2.881.512)
Emprestimos e contradições	(795.242)		(795.242)	
Debitários	(125.280)	(225.541)	(126.280)	(225.541)
Fornecedores	(1.269.033)	(1.547.890)	(1.168.367)	(1.623.801)
Impostos	(145.020)	(162.894)	(145.020)	(162.894)
Contas e equivalentes de caixa (b)	2.096.777	1.721.887	2.212.587	1.817.375
Patrimônio líquido	2.041.585	2.262.408	2.247.518	2.046.874
Emprestimos totais	105,36%	170,01%	111,02%	178,82%

(a) Disponibilidade em tesouraria, depósitos em bancos e aplicações de liquidez imediata. A Administração também tem foco em aperfeiçoamento de seus índices de alienação de ativos financeiros e investimento em geral por meio de ações voltadas ao alongamento do perfil de dívida, bem como por meio da obtenção de dívidas de crédito com taxas de juros mais baixas. As decisões de investimento, assim como o planejamento estratégico da Companhia e suas controladas, foram analisadas e aprovadas por seus controlados.

Valor justo dos instrumentos financeiros. O valor justo dos ativos e passivos financeiros é definido como o valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, a não em uma venda ou liquidação forçada. A tabela a seguir fornece uma análise dos instrumentos financeiros que são mensurados pelo valor justo após o reconhecimento inicial, agrupados nos Níveis 1 a 3 com base no grau observável do valor justo.

• Mensuração de valor justo de nível 1 são obtidas por preços cotados (não ajustados) em mercados ativos ou passivos líquidos.
• Mensuração de valor justo de nível 2 são obtidas por meio de cotar valores além dos preços cotados incluídos no nível 1, que são observáveis por si só ou apenas indiretamente no preço cotado de instrumentos semelhantes, com base em preços.
• Mensuração de valor justo de nível 3 são obtidas por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não são baseadas em dados observáveis de mercado.

Ativos financeiros	Controladas		
	2018	2017	2017
Custo amortizado			
Contas e equivalentes de caixa	(a) 2.096.717	1.721.887	2.212.587
Contas a receber	(a) 521.237	886.845	565.937
Passivos financeiros			
Valor justo líquido do resultado			
Instrumentos financeiros	2 116.984	80.616	116.984
Custo amortizado			
Emprestimos e financiamentos	(a) 2.535.840	2.942.780	2.708.230
Fornecedores	(a) 1.568.033	1.547.890	1.826.367
ICMB e Parcelamento PERT e receber (nota 20)	(a) 145.002	163.894	145.002

(a) Os ativos financeiros não derivativos como contas e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, aplicações financeiras nos valores contábeis que se aproximam de seus valores de mercado. Os passivos financeiros não derivativos como empréstimos e financiamentos, fornecedores, ICMS a receber, parcelamento fiscal, obrigações com partes relacionadas e outras contas a pagar, tem valores contábeis que se aproximam dos seus valores de mercado.

31 Transações que não envolvem caixa. A Companhia efetuou aquisições de imobilizado à prazo no montante de R\$ 80.845 em 2018 (R\$ 142.284 em 2017), que não envolveu caixa, a portão não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa nas atividades de investimento de aquisição de imobilizado e intangível, e nas atividades operacionais de variação de fornecedores.

As aplicações de segurança mantidas pela Companhia são negociadas ativamente, conforme detalhado abaixo:
(a) Risco de mercado, com cobertura contra os riscos de crédito, não, exceto quando estiverem relacionados a natureza, natureza de "público", limites e outros para se aplicar, instituições, equipamentos, máquinas, móveis, utensílios, mercadorias e materiais para uso, veículos, veículos, lençóis, conforme apêndice, valor em risco de R\$ 5.974.407.859,71 com limite máximo indenizável de R\$ 3.000.000.000,00. Franquia de R\$ 19.654.000,00 em 2018.
(b) Risco de crédito, com cobertura integral do risco de crédito, conforme apêndice, valor em risco de R\$ 1.857.405.000,00 com limite máximo indenizável de R\$ 65.054.500,00, em 2018. Franquia de R\$ 300.172,50.

DIRETORIA	Ladislau Pinelli Júnior Controlador CRC-SC 023.586/O-1/PR
-----------	---

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Diretores da Renault do Brasil S.A.
 São José dos Pinhais - Paraná
 Opinião
 Expressamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Renault do Brasil S.A. (Companhia), identificadas como controladas e controladas, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações de resultado, do resultado abrangente, das mudanças do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo neste dia, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políguas contábeis significativas e outras informações relevantes. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima relatadas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Renault do Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo neste dia, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião
 Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas responsabilizam-nos em conformidade com tais normas, estão descritas no anexo à seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores" das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas demais profissões éticas de acordo com essas normas. Adotamos que a ausência de auditoria obtida a suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria
 Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício em questão. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e a formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não representam um comentário separado sobre esses assuntos.

Responsabilidade de gestão
 Veja a Nota 7 (a) e 20 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.
 Principais assuntos de auditoria

Como auditoria aderimos esse assunto
 Parte substancial da receita da Companhia é proveniente da venda direta de veículos para clientes finais, cujo recebimento é realizado quando o veículo é entregue ao cliente. A transferência de controle se dá no momento em que os veículos são entregues e, aceites, aos clientes finais, ou quando não aceites e estão disponíveis para entrega no pátio da Companhia. Em razão da relevância dos valores envolvidos e da necessidade de manutenção de controles internos efetivos para identificar e monitorar as que o cliente obtém o controle do veículo, existe o risco de reconhecimento antecipado de receita e, em especial, no final do período de fechamento contábil. Desta forma, consideramos este assunto como significativo para nossa auditoria.
 Nossa responsabilidade de auditoria inclui, dentre outros: (i) obtenção de entendimento do fluxo de reconhecimento da receita de vendas diretas de veículos; (ii) avaliação do desenho e efetividade dos controles internos, desde a entrada pela Administração da Companhia, para prevenir e detectar incorreções no reconhecimento de receitas provenientes de tais transações; (iii) seleção de transações de vendas ao longo do período, com base em amostragem, e confronto com a respectiva documentação suportada com o objetivo de verificar a autenticidade, integridade e precisão de tais transações; (iv) obtenção de confirmação, junto aos clientes referentes às vendas diretas, de que os riscos e benefícios provenientes da compra de tais veículos foram, efetivamente, transferidos à estes na data do reconhecimento do exercício; (v) execução de procedimentos analíticos substantivos para os resultados no exercício por meio de comparação do desempenho da Companhia com dados observáveis e indicadores de mercado disponíveis. No decorrer de nossa auditoria identificamos ajustes

que afetaram a mensuração e o reconhecimento de receita líquida, os quais não foram adotados pela Administração, por serem considerados irrelevantes. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima mencionados, consideramos que a receita líquida de vendas diretas de veículos reconhecida no exercício foi aceitável no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

Privilegio para continuidade
 Veja a Nota 7 (a) e 23 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.
 Principais assuntos de auditoria

Como auditoria aderimos esse assunto
 Condições de mercado e volatilidade de preços de recursos e com base nos elementos do processo, compreendendo a participação de entidades relacionadas. A Companhia está envolvida em aplicações de natureza tributária, devedor e beneficiário que totalizam R\$ 1.598.605,00, os quais foram avaliados pelos assessores jurídicos da Companhia como do tipo de perda possível, além de outras ações, de mesma natureza, consideradas como do tipo de perda provável no montante de R\$ 265.388,00. Devido ao grau de julgamento exercido pela Companhia, em conjunto com seus assessores jurídicos externos, na avaliação das mesmas, a relevância dos montantes envolvidos e complexidade na avaliação e mensuração, a natureza da natureza para o reconhecimento, bem como o impacto que um resultado desfavorável de tais processos poderia apresentar nas demonstrações financeiras, consideramos esse assunto relevante para a nossa auditoria.
 Avaliar a suficiência das provisões reconhecidas e dos valores de contingências divulgados, por meio de análise dos critérios e premissas utilizadas para a mensuração dos valores provisionados atribuídos e que levaram em consideração as evidências preparadas pelos assessores jurídicos internos e externos da Companhia, bem como a comparação com julgamentos de especialistas. Para as contas com valores julgados relevantes, evidências com o auxílio dos nossos assessores jurídicos, a determinação do risco de perda e do valor estimado. Nossa tarefa incluiu a obtenção de evidências da efetividade operacional dos controles internos relacionados a Provisões e Passivos Contingentes. Em função disso, expandimos e intensificamos nossas procedimentos substantivos, além do originalmente planejado, com o propósito de nos assegurar a natureza da Companhia e garantir as informações para o controle mantido pelo jurídico, para obtenção de evidência de auditoria suficiente e apropriada quanto a Provisões e Passivos Contingentes. Com base nos procedimentos executados e nos resultados obtidos, consideramos que não há evidência suficiente para permitir a Administração relativa a Provisões e Passivos Contingentes e os divulgados corretos no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2018.
 Responsabilidade de gestão
 Veja a Nota 7 (a) e 23 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.
 Principais assuntos de auditoria

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelas condições internas que se determinam como necessárias para permitir a elaboração das demonstrações financeiras livres de distorções relevantes, independentemente se causadas por fraude ou erro. Independente se causadas por fraude ou erro, e em relação de auditoria, consideramos relevante a obtenção de evidências de auditoria suficientes para assegurar a confiabilidade das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Nossa tarefa incluiu a obtenção de evidências da efetividade operacional dos controles internos relacionados a Provisões e Passivos Contingentes. Com base nos procedimentos executados e nos resultados obtidos, consideramos que não há evidência suficiente para permitir a Administração relativa a Provisões e Passivos Contingentes e os divulgados corretos no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2018.
 Responsabilidade de gestão
 Veja a Nota 7 (a) e 23 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.
 Principais assuntos de auditoria

Nossa opinião não é sobre a segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorções relevantes, independentemente se causadas por fraude ou erro, e em relação de auditoria, consideramos relevante a obtenção de evidências de auditoria suficientes para assegurar a confiabilidade das demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2018. Segurança razoável é um nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas

brasileiras e internacionais do auditor sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomados com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, executamos julgamentos profissionais e mantivemos cuidados profissionais ao longo da auditoria. Além disso, identificamos e analisamos os fatos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causadas por fraude ou erro, omissões e omissões procedimentais de auditoria em resposta a tais riscos, bem como o plano de auditoria de auditoria, especificado a suficiente para fundamentar nossa opinião. O fato de não detectarmos distorções relevantes não é garantia de que não houve fraude ou erro, nem que a fraude pode envolver o ato de fraude ou omissão de informações, omissões, intencional, intencional ou não intencional. Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejar nossos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressar opinião sobre a efetividade dos controles internos da Companhia e sua controlada.
 Avaliamos a aderência das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
 Concluímos sobre a efetividade do uso, pela administração, da base contábil de contabilidade operacional e, com base nos evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a erro ou condições que possam levar a distorções significativas em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e sua controlada. De acordo com as evidências relevantes, devemos chamar atenção no nosso relatório de auditoria para as incertezas relacionadas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas e se incluímos modificações em nossas opiniões, se as divulgações foram inadequadas. Nossa conclusão sobre a continuidade operacional é baseada em evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e sua controlada a não se manterem em continuidade operacional.
 Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as circunstâncias transacionais e os eventos de natureza essencial com o objetivo de apresentação adequada.

Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócios do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho de auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Concluímos com o objetivo de assegurar, entre outros aspectos, de alcançar planejamento, de época da auditoria e das circunstâncias significativas de auditoria, inclusive as eventuais dificuldades significativas nos controles internos que identificamos durante nossas atividades. Das atividades que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativas na opinião da administração financeira processada e os que, desde então, concluímos na principal assuntos de auditoria. Descrevemos essas atividades em nosso relatório de auditoria, a menos que tal ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado ao público porque as consequências advindas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva de todo, superar os benefícios de comunicação para o interesse público.

Curitiba, 25 de março de 2019
 KPMG Auditores Independentes
 CRC PR-007945/7-7
 Cristiano Aparecido Krul
 Controlador
 CRC PR-054340/0-0



JOSÉ PAR
10 05 19

São José dos Pinhais, 01 de fevereiro de 2019

À

Renault do Brasil S.A.
Avenida Renault, 1.300, Borda do Campo.
São José dos Pinhais/PR

Prezados Senhores,

Sirvo-me da presente para apresentar minha renúncia, em caráter irrevogável, a partir desta, do cargo de Diretor Financeiro desta conceituosa Sociedade.

Nesta oportunidade, agradeço a confiança com que fui distinguido e apresento minhas respeitosas saudações aos senhores administradores.

Atenciosamente,

1o Tabelião
São José dos Pinhais - PR

Jorge Luis Leverone
CPF/MF nº 699.738.657-15

1o Tabelionato de Notas de São José dos Pinhais - PR
DALTON BISHOP COELHO - Tabelião
 Selo nº 6Rjxx . GUpYA . qdtHJ - IXwcD . wwU2
 Valide este selo em <http://bunarmen.com.br>
 Reconheço por SEME-LANÇÇA as firmas de:
 [7ZzRfSI0] - JORGE LUIS LEVERONE
 Em testemunho da verdade. São José dos Pinhais, 30 de Abril de 2019
 OSG-LEIA REGINA BICUDO-ESCREVENTE-LRB

JOSÉ PAZ
10 05 19



São José dos Pinhais, 29 de abril de 2019

À

Renault do Brasil S.A.

Avenida Renault, 1.300, Borda do Campo.

São José dos Pinhais/PR

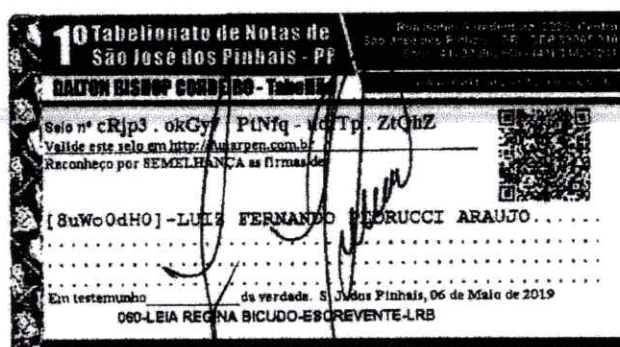
Prezados Senhores,

Sirvo-me da presente para apresentar minha renúncia, em caráter irrevogável, a partir desta, do cargo de Diretor Presidente desta conceituosa Sociedade.

Nesta oportunidade, agradeço a confiança com que fui distinguido e apresento minhas respeitadas saudações aos senhores administradores.

Atenciosamente,

Luiz Fernando Pedrucci Araújo
CPF/MF nº 246.423.928-31



10 Tabelião
São José dos Pinhais - PR

TERMO DE POSSE DE DIRETOR DA RENAULT DO BRASIL S.A. ELEITO EM REUNIÃO DE SÓCIOS REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE 2019



Ao dia 29 do mês de abril de 2019, na Avenida Renault, 1.300, Borda do Campo, São José dos Pinhais, Estado do Paraná, tomou posse como Diretor Presidente o Sr. Ricardo Yuji Gondo, brasileiro, casado, CPF nº. 161.337.248-54, com domicílio comercial na cidade de São José dos Pinhais, estado do Paraná, na Avenida Renault, 1.300, bairro Borda do Campo, cujo mandato expirará em 29 de abril de 2022.

Declara neste ato, sob as penas de lei, para os fins dos Artigos 147, 149, §2º e 153 e seguintes da Lei n.º 6.404 de 1976, Lei das Sociedades por ações, que:

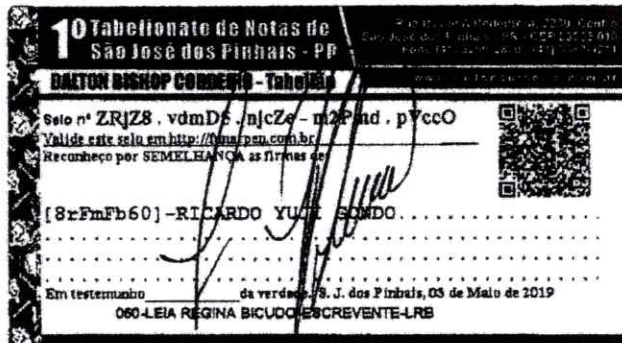
- a) tem domicílio comercial na Avenida Renault, 1.300, Borda do Campo, na cidade de São José dos Pinhais, estado do Paraná;
- b) não está impedido de exercer o comércio ou a administração de sociedade mercantil, em virtude de condenação criminal; e
- c) está ciente e consciente das obrigações e deveres de que tratam os artigos 153 e seguintes da referida lei.

E, por nada mais ter a declarar, firma o presente Termo, sendo declarado empossado no cargo de Diretor Financeiro.

São José dos Pinhais, 29 de abril de 2019

1º Tabelião
São José dos Pinhais - PR

Ricardo Yuji Gondo
Diretor Presidente





TERMO DE POSSE DE DIRETOR DA RENAULT DO BRASIL S.A. ELEITO EM REUNIÃO DE SÓCIOS REALIZADA EM 29 DE ABRIL DE 2019

Ao dia 29 do mês de abril de 2019, na Avenida Renault, 1.300, Borda do Campo, São José dos Pinhais, Estado do Paraná, **tomou posse como Diretor Financeiro o Sr. Sebastian Parra Velez**, colombiano, casado, portador da cédula de identidade de estrangeiro Registro Nacional Migratório n. F050453Z e CPF/MF nº. 801.035.999-83 com domicílio comercial na cidade de São José dos Pinhais, estado do Paraná, na Avenida Renault, 1.300, bairro Borda do Campo, cujo mandato expirará em 29 de abril de 2022.

Declara neste ato, sob as penas de lei, para os fins dos Artigos 147, 149, §2º e 153 e seguintes da Lei n.º 6.404 de 1976, Lei das Sociedades por ações, que:

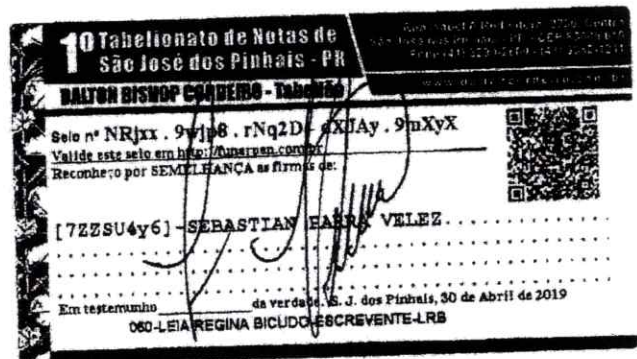
- a) tem domicílio comercial na Avenida Renault, 1.300, Borda do Campo, na cidade de São José dos Pinhais, estado do Paraná;
- b) não está impedido de exercer o comércio ou a administração de sociedade mercantil, em virtude de condenação criminal; e
- c) está ciente e consciente das obrigações e deveres de que tratam os artigos 153 e seguintes da referida lei.

E, por nada mais ter a declarar, firma o presente Termo, sendo declarado empossado no cargo de Diretor Financeiro.

São José dos Pinhais, 29 de abril de 2019

1º Tabelião
São José dos Pinhais - PR

Sebastian Parra Velez
Diretor Financeiro





ATA DE REUNIÃO DE DIRETORIA
RENAULT DO BRASIL S.A. - CNPJ nº 00.913.443/0001-73 - NIRE nº. 41.300.014.795
REALIZADA EM 11 de NOVEMBRO de 2020

DATA, HORA E LOCAL: 11 de novembro de 2020, às 10:00 h, na sede social da empresa, na Avenida Renault, nº. 1.300, Bairro Borda do Campo, São José dos Pinhais, PR.

QUORUM: Presentes a maioria dos Diretores da Sociedade.

MESA: Presidente: Sr. Bruno Hohmann
Secretária: Sra. Maria Helena Venetikides Durlgan.

CONVOCAÇÃO: Dispensada.


ORDEM DO DIA E DELIBERAÇÕES: **Deliberar sobre a alteração do endereço da filial 00.913.443/0006-88 Jundiaí. Centro de Treinamento, Escritório Administrativo**

Deliberam os presentes sobre a modificação do endereço da referida filial, que passará a ocupar parte do imóvel situado no endereço:

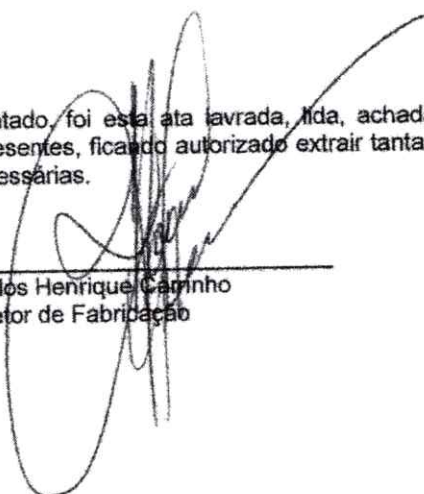
Rodovia Vice Prefeito Hermenegildo Tonolli, número 1500, município de Jundiaí – São Paulo, empreendimento denominado GR I Jundiaí, galpão 01, tipo B, bloco I.

Não haverá alterações no escopo das atividades desenvolvidas nesta filial.

ENCERRAMENTO Nada mais havendo a ser tratado, foi esta ata lavrada, lida, achada conforme e assinada pelos presentes, ficando autorizado extrair tantas cópias quantas se fizerem necessárias.



Bruno Hohmann
Vice Diretor Presidente



Carlos Henrique Caminho
Diretor de Fabricação



ATA DE REUNIÃO DE DIRETORIA
RENAULT DO BRASIL S.A. - CNPJ nº 00.913.443/0001-73 - NIRE nº. 41.300.014.795
REALIZADA EM 20 DE JUNHO DE 2018

DATA, HORA E LOCAL:

20 de junho de 2018, às 10:00 h, na sede social da empresa, na Avenida Renault, nº. 1.300, Bairro Borda do Campo, São José dos Pinhais, PR.

QUORUM:

Presentes a maioria dos Diretores da Sociedade.

MESA:

Presidente: Sr. Jorge Luis Leverone,
Secretária: Sra. Maria Helena Venetikides Durigan.

CONVOCAÇÃO:

Dispensada.

ORDEM DO DIA E DELIBERAÇÕES:

1) Deliberar sobre a abertura de filial.

De acordo com o capítulo IV, artigo 21, alínea "b" do Estatuto Social, deliberam os presentes sobre a criação de uma filial, situada no seguinte endereço: Avenida Prefeito Domingos Mocelin Neto, número 1717, Parte, Borda do Campo, Quatro Barras/PR, CEP 83425-970.

As atividades exercidas na filial serão de envasamento e empacotamento sob contrato (CNAE 8292-0/00).

2) Ratificação dos endereços das filiais existentes:

a) **MATRIZ:** Avenida Renault, 1300, Borda do Campo, São José dos Pinhais-PR, CEP 83.070-900, CNPJ Nº. 00.913.443/0001-73, NIRE: 4130001479-5.



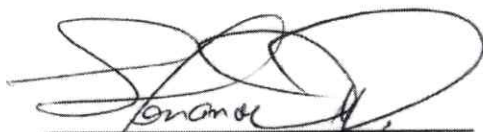
- b) **FILIAL 1:** Rua Fidêncio Ramos, 223, conj.101 a 104 Vila Olímpia, São Paulo/SP, CEP 04551-010, CNPJ Nº. 00.913.443/0002-54, NIRE: 4190124320-9.
- c) **FILIAL 2:** Rua Santa Maria, 451, Ponte São João, Jundiaí/SP, CEP: 13.218-060, CNPJ nº 00.913.443/0006-88, NIRE: 359022238-3.
- d) **FILIAL 3:** Av. Rebouças, 2416, Pinheiros, São Paulo/SP, CEP 05402-300, CNPJ Nº.00.913.443/0010-64; NIRE: 3590333657-9.
- e) **FILIAL 4:** Rodovia Governador Mário Covas, 882, Padre Mathias, Cariacica/ES, CEP 29.157-100, CNPJ Nº. 00.913.443/0012-26; NIRE: 3290040555-1.
- f) **FILIAL 5:** Rua Vanderlei Moreno, 13.130, Roseira, São José dos Pinhais/PR CEP: 83070-245 CNPJ: 00.913.443/0013-07 NIRE: 4190124320-9.
-
- g) **FILIAL 6:** Rua Pasteur, 463, 2º andar, conj. 204, sala "E", Batel, Curitiba-PR, CEP 80.250-080, CNPJ: 00.913.443/0015-79, NIRE: 4190136151-1.
- h) **FILIAL 7:** Avenida Nissan, 1500, sala 6, 1º pavimento, Polo Industrial, Resende/RJ, CEP: 27537-800, CNPJ: 00.913.443/0016-50, NIRE: 41300014795.
- i) **FILIAL 8:** Avenida Renault, 1.300, Parte, Prédio Administrativo, Borda do Campo, São José dos Pinhais/PR, CEP 83.070-900, CNPJ: 00.913.443/0017-30, NIRE: 4190144068-3.

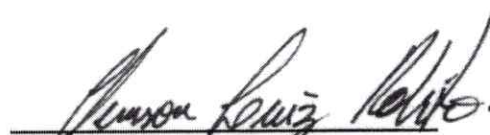


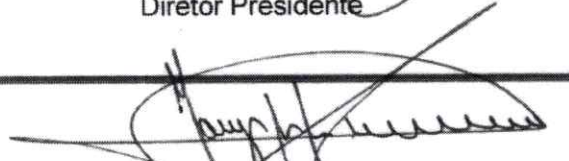
- j) **FILIAL 9:** Avenida Renault, 1.300, Parte, Usina Fundação, nº 1300, Borda do Campo, São José dos Pinhais/PR, CEP 83.070-900, CNPJ: 00.913.443/0018-11, NIRE: 4190144708-4.
- l) **FILIAL 10:** Avenida Prefeito Domingos Mocelin Neto, número 1717, Parte, Borda do Campo, Quatro Barras/PR, CEP 83425-970.

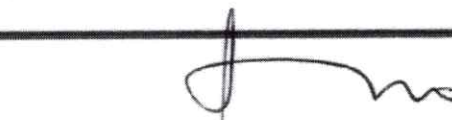
ENCERRAMENTO:

Nada mais havendo a ser tratado, foi esta ata lavrada, lida, achada conforme e assinada pelos presentes, ficando autorizado extrair tantas cópias quantas se fizerem necessárias.


Luiz Fernando Pedrucci
Diretor Presidente


Cleverson Luiz Rabito
Diretor de Fabricação


Jorge Luis Leverone
Diretor Financeiro


Ana Paula Schlenker Camargo
Diretora


Maria Helena Venetikides Durigan
Secretária e advogada responsável
OAB/PR sob n.º 18.985



JOSÉ PAR
28 05 21



RENAULT DO BRASIL S.A.
CNPJ 00.913.443/0001-73 - NIRE 41300014795

**ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA REALIZADA EM 29 DE ABRIL
DE 2021**

I - DATA, HORA E LOCAL: 29 de abril de 2021, às 10:00 horas, na Av. Renault, 1.300, Borda do Campo, São José dos Pinhais, Paraná. Realizada em meio virtual.

II - CONVOCAÇÃO: Dispensada nos termos do §4º do art. 124 da Lei 6.404/76.

III - QUORUM: presente a totalidade dos acionistas da Sociedade.

IV - COMPOSIÇÃO DA MESA: Presidente da Mesa Joaquim Ferraz Martins Filho e Secretária: Maria Helena Venetikides Durigan.

V - ORDEM DO DIA E DELIBERAÇÕES: 1) Tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras, o relatório da Administração, o Parecer dos Auditores Independentes relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2020; 2) Deliberar sobre o resultado do exercício social encerrado em 31/12/2020 e outros assuntos congêneres; 3) Deliberar sobre a fixação do montante global anual da remuneração da Diretoria. 4) Eleição de novo membro da diretoria.

1) Tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras, o relatório da Administração, o Parecer dos Auditores Independentes relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2020.

Foram aprovadas, por unanimidade, as contas dos Administradores, as Demonstrações Financeiras, o Relatório da Administração e o Parecer dos Auditores Independentes, relativos ao exercício encerrado em 31/12/2020, devidamente **publicados no Jornal Metrópole de São José dos Pinhais em 23/04/2021 e no Diário Oficial do Estado do Paraná em 26/04/2021.**

JUEVES
28 05 21



2) Deliberar sobre o resultado do exercício social encerrado em 31/12/2020;

Foram aprovados, por unanimidade: o relatório de administra o e o resultado do exercício de 2020, tendo sido apurado **prejuízo R\$583.818.878,32 (quinhentos e oitenta e três milhões, oitocentos e dezoito mil, oitocentos e setenta e oito reais e trinta e dois centavos).**

2.1 Os acionistas aprovam por unanimidade a recondu o do lucro do ano de 2018 para reserva de subven o de incentivos fiscais no valor de **R\$38.934.693,00 (trinta e oito milhões, novecentos e trinta e quatro mil, seiscentos e noventa e três reais).**

2.2 Os acionistas aprovaram por unanimidade não distribuir dividendos e JSCP no presente exercício razão da apura o de prejuízo.

3) Deliberar sobre o montante global anual de remunera o dos membros da administra o.

Aprovou-se, por unanimidade, a fixa o do montante global anual de remunera o dos membros da Diretoria, incluindo benefícios e verbas de representa o, para o presente exercício social, de até R\$6.332.928,00 (seis milhões, trezentos e trinta e dois mil, novecentos e vinte e oito reais), a ser distribuído aos membros da Diretoria, por delibera o do Diretor Presidente.

4) Renúncia e elei o de novo membro da diretoria.

Foi aprovada por unanimidade o pedido de demissão do Diretor Financeiro Sebastian Velez Parra apresentado em 30 de setembro de 2020, sendo que as acionistas agradeceram pelos serviços prestados.

Na sequência foi indicada para o cargo vacante de **DIRETORA FINANCEIRA: a Sra. SILVINA PAULA MESA**, argentina, estado civil: casada, contadora, passaporte n . AAA303916, com domicílio em São José dos Pinhais, Paraná, na Avenida Renault, 1.300, bairro Borda do Campo.

Por unanimidade, o nome indicado para o cargo foi aceito, **dando-se neste ato a elei o**. No entanto, a **posse efetiva** no cargo de Diretora Financeira, **dar-se-  após a concessão de visto de trabalho no Brasil.**

JURUPAR
28 05 21



Nos termos do art. 147, § 1º. da lei das Sociedades por Ações, a diretora ora eleita declara não ter praticado qualquer ato que a impeça de desempenhar cargo eletivo em qualquer Sociedade.

Assim, a diretoria da sociedade fica composta da seguinte forma, **com vigência até 29 de abril de 2024:**

1. **DIRETOR PRESIDENTE:** Sr. **RICARDO YUJI GONDO**, brasileiro, casado, RG: 15.488.790-0, CPF/MF nº. 161.337.248-54;
2. **DIRETOR VICE-PRESIDENTE COMERCIAL:** Sr. **BRUNO CAVALCANTI HOHMANN**, brasileiro, casado, engenheiro, RG: 7258638-7, CPF/MF nº. 031.934.199-23;
3. **DIRETOR DE FABRICAÇÃO:** Sr. **CARLOS HENRIQUE RODRIGUES ALVES CARRINHO**, brasileiro, casado, RG 14.557.739-9 e CPF/MF 084.952.578-07.
4. **DIRETORA FINANCEIRA:** Sra. **SILVINA PAULA MESA**, argentina, estado civil: casada profissão: contadora, passaporte: AAA303916.

Todos com domicílio em São José dos Pinhais, Paraná, na Av. Renault, n. 1300, bairro Borda do Campo.

ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a ser tratado, foi esta ata lavrada, nos termos do §1º do Art. 130, da Lei nº 6.404/76, lida, achada conforme e assinada por todos. Autorizou-se, a reproduzir tantas cópias quanto se façam necessárias.

ASSINATURAS:

Renault S.A.S.
S.A.

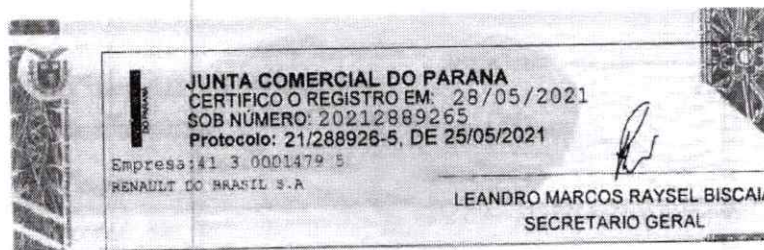
p.p. Joaquim Ferraz Martins Filho

Joaquim Ferraz Martins Filho
Presidente da mesa

Agência de Fomento do Estado do Paraná

p.p. Nildo José Lübke

Maria Helena Venetikides Durigan
Secretaria e Advogada
OAB PR 18.985





POUVOIR

Par le présent mandat sous seing privé, **RENAULT S.A.S.**, société constituée conformément aux lois françaises, dont le siège social est situé au 13-15, Quai Alphonse Le Gallo, 92100 Boulogne-Billancourt, dans cet acte représentée par **Quitterie de Pelleport**, en sa qualité d'actionnaire de **RENAULT DO BRASIL S/A**, désigne comme mandataires **Joaquim Ferraz Martins Filho**, brésilien, marié, avocat, porteur de la Carte d'Identité numéro 9109831-2 - SSP/SP, inscrit au CPF/MF sous le numéro 091.243.338-83, et **Maria Helena Venetikides Durigan**, brésilienne, mariée, avocate, inscrite à l'OAB/PR numéro 18.985 et au CPF/MF numéro 721.262.649-04, tous ayant leur adresse professionnel au 1300, Avenue Renault, Borda do Campo, São José dos Pinhais, Etat du Paraná, Bresil, et leur donne les pouvoirs nécessaires pour qu'ils puissent agir au nom de **RENAULT S.A.S.**, individuellement ou conjointement, aux fins exclusives de l'Assemblée Générale Ordinaire de **RENAULT DO BRASIL S/A**, qui aura lieu le 29 avril 2021. Les mandataires pourront représenter la société et assumer toutes les obligations relatives aux délibérations sur les sujets inclus dans l'ordre du jour, avec facultés de voter les sujets en question, ainsi que d'examiner, de discuter et de délibérer. Les mandataires pourront voter lors de ladite Assemblée, signer le registre de présence des actionnaires ainsi que le procès-verbal, et pourront encore exclusivement recevoir toutes assignations et citations éventuelles concernant le présent mandat.

Boulogne-Billancourt, le 19 avril 2021

Quitterie de Pelleport
RENAULT S.A.S.
Quitterie de Pelleport

PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular de mandato, **RENAULT S.A.S.**, sociedade constituída conforme as leis francesas, com sede no Quai Alphonse Le Gallo, 92100 de Boulogne-Billancourt, representada por **Quitterie de Pelleport**, na qualidade de sócia da **RENAULT DO BRASIL S/A**, nomeia e constituiu seus bastantes procuradores **Joaquim Ferraz Martins Filho**, brasileiro, casado, advogado, portador do RG 9109831-2 - SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob nº. 091.243.338-83; e **Maria Helena Venetikides Durigan**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/PR sob nº. 18.985 e no CPF/MF sob nº. 721.262.649-04, todos com endereço profissional na Avenida Renault, 1300, Borda do Campo, São José dos Pinhais, Estado do Paraná, Brasil, outorgando-lhes poderes bastantes para agir, em conjunto ou individualmente em nome da **RENAULT S.A.S.**, exclusivamente na Assembléia Geral Ordinária da **RENAULT DO BRASIL S/A**, a realizar-se em 29 de abril de 2021. Os outorgados poderão representar a companhia e assumir todas as obrigações relativamente às deliberações das matérias constantes na ordem do dia, tais como examinar, discutir assuntos constantes da mesma. Os outorgados recebem, ainda, poderes para votar, assinar atas em geral, podendo ainda, exclusivamente para esta finalidade, receber citações.

Boulogne-Billancourt, 19 de abril de 2021

Quitterie de Pelleport
RENAULT S.A.S.
Quitterie de Pelleport

Je soussigné, *Me François de KEGHEL*
 Notaire Associé, certifié véritable
 la signature apposée de
 M. *Quitterie de Pelleport*



victoires notaires associés
 Office Notarial | n° étude 375 103 U
 9 place des Victoires, 75001 Paris
 tel +33 (0)1 53 42 67 67 | fax -64





Fomento
Paraná

PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO



PROCURAÇÃO

- OUTORGANTE:** **AGÊNCIA DE FOMENTO DO PARANÁ S.A.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 03.584.906/0001-99, com sede na Rua Comendador Araújo, 652 – 6º andar, Batel, nesta capital, gestora do Fundo de Desenvolvimento Econômico – FDE, neste ato representada pelo Diretor-Presidente, Heraldo Alves das Neves, economista, portador do RG nº 4.035.436-0/PR, inscrito no CPF sob o nº 713.432.379-04.
- OUTORGADO:** **NILDO JOSE LÜBKE**, brasileiro, portador do RG nº 1.997.431-6 PR, inscrito no CPF sob o nº 316.670.909-68, Diretor Jurídico da FOMENTO PARANÁ.
- PODERES:** Representar a Outorgante, na qualidade de acionista, perante a Renault do Brasil S/A, a realizar-se no dia 29/04/2021 às 10h00, por meio digital, nos termos da Lei da SAS e da Medida Provisória 931/2020 regulamentada pela IN 79, podendo votar e deliberar sobre os assuntos em pauta, enfim, participar de todos os demais atos correlatos e que se fizerem necessários ao fiel desempenho deste mandato.

Curitiba, 01 de abril de 2021.

HERALDO ALVES DAS
NEVES:713432379
04

Assinado de forma digital
por HERALDO ALVES DAS
NEVES:71343237904
Dados: 2021.04.01
11:31:53 -03'00'

Heraldo Alves das Neves
Diretor-Presidente



RENAULT DO BRASIL S.A. e CONTROLADA

CNPJ 00.913.443/0001-73

RELAÇÃO DE ADMINISTRADORES

CONTEXTO GERAL

Em um ano marcado pela pandemia do coronavírus, o mercado automotivo no Brasil registrou queda de 27% em relação ao ano anterior. Após 10 anos de crescimento contínuo em participação de mercado (de 3,9% em 2009 para 9,0% em 2019), em 2020 a Renault do Brasil deu um novo passo na sua trajetória para a criação de valor e sustentabilidade do negócio, alinhado ao plano estratégico global Renault, com o objetivo de mudar a estratégia do Grupo Renault de volumes para valor.

A Renault em 2020

Entre os destaques da marca em 2020 estão o lançamento do Novo Duster, em março, que tem papel fundamental na história da Renault: o Kwid, que fechou novamente o ano como líder do segmento de entrada com 49.473 unidades vendidas em 2020, o que representa 47,1% de participação; e o Master, líder absoluto pelo sétimo ano consecutivo do segmento de furgões com capacidade de carga de até 3,5 toneladas de Peso Bruto Total, registrou 5.351 unidades vendidas em 2020, o que representa 42,8% de participação no segmento.

RENAULT DUSTER

Em março, lançamos o novo Duster com novo design e mantendo a robustez que o tornou líder no país. O veículo passou por uma revolução do interior recebendo novo painel de instrumentos, volante, bancos e revestimento de porta. O exterior foi inteiramente renovado mantendo o design icônico que caiu no gosto consumidor.

COMPLEXO AYTUN SENNA RECONHECIDO PELO FÓRUM ECONÔMICO MUNDIAL

A Renault do Brasil recebeu o reconhecimento do Fórum Econômico Mundial pelas inovações relativas à Indústria 4.0 no Complexo Aytun Senna, que é a primeira planta industrial da América Latina a receber este reconhecimento.

10 ANOS DO INSTITUTO RENAULT

O Instituto Renault, responsável pelas ações de responsabilidade socioambiental da Renault no Brasil, completou 10 anos de atuação. Criado em 14 de setembro de 2010, o Instituto tem o propósito de contribuir de forma positiva na sociedade, transformando potencial em possibilidades reais de progresso para pessoas e comunidades. A instituição atua por meio da educação, do desenvolvimento social e da sustentabilidade ambiental, realizando movimentos para diminuir distâncias e promover transformações na sociedade.

AÇÕES DE APOIO À SOCIEDADE

Durante a pandemia Covid-19, o Instituto Renault desenvolveu diversas iniciativas para reduzir os impactos negativos para a sociedade.

REFERÊNCIA EM MOBILIDADE

A Renault continua a ser o 2º maior líder na venda de veículos 100% elétricos no Brasil. Ao todo, mais de 350 veículos 100% elétricos Renault circulam pelo país, comercializados a clientes finais ou presentes em projetos de mobilidade e frota de empresas e instituições pioneiras como Itaipu, FedEx, Companhia Paulista de Luz e Força (CPFL), Grupo TPC, Beep, Gripsius, DHL, Mercado Livre entre outras.

foram cedidos pela ABDI (Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial) ao Governo do Paraná em formato de comodato.

Em Curitiba também foi lançado um projeto de mobilidade para os colaboradores do Fiep (Sistema Federação das Indústrias do Paraná), que têm à disposição dois Zee, um Kwid, um Sandero e um Captur Base, para uso compartilhado. O carsharing é gerenciado por meio do sistema Renault Mobility, utilizado em diversos projetos de marca pelo mundo. No Brasil, o sistema está presente no carsharing interno da Renault para seus colaboradores desde 2018.

PRÊMIOS E RECONHECIMENTOS

A Renault do Brasil recebeu o reconhecimento do Fórum Econômico Mundial pelas inovações relativas à Indústria 4.0 no Complexo Aytun Senna, que é a primeira planta industrial da América Latina a receber este reconhecimento.

O Kwid venceu pelo quarto ano consecutivo a melhor compra do segmento na categoria "Carros até R\$ 45.000" pela revista Quatro Rodas.

O Zee foi o carro elétrico melhor avaliado na TV Selo do Selo Maior de Revenda - Auto, da Agência Automotiva, em parceria com a Textotal de Comunicação. O veículo 100% elétrico da Renault teve uma desvalorização de 5,9% em 12 meses de uso.

O Master foi eleito o campeão geral na categoria "Utilitário de carga" na 5ª edição da certificação Selo Maior Valor de Revenda - Veículos Comerciais da Agência Automotiva, em parceria com Textotal de Comunicação. O modelo também venceu na categoria furgão. O modelo da Renault também foi eleito o "Campeão de Revenda - Frotas 2020" por ter registrado a menor desvalorização de preço no período de três anos, com base nas informações da tabela Fipe, processadas pelo FrotadataBank, banco estatístico da SFCOM. O Master ainda foi eleito o furgão no ano 2019 no prêmio Locus e FrotasClas na categoria furgão de carga.

A Renault foi eleita a mantenedora com "Melhor Pós-Venda" no prêmio Carro do Ano 2021 da Autoesporte.

Pelo segundo ano consecutivo, a Renault do Brasil recebeu o título de Mantenedora Parceira do Setor de Reparação Independente pelas excelentes iniciativas desenvolvidas para auxiliar os profissionais do setor na 11ª edição do Prêmio "De Melhor do Ano" do Sindicato - SP, evento que homenageia as marcas mais bem avaliadas pelos mecânicos profissionais.

A Renault recebeu o selo R1000, prêmio pelo Reclame Aqui para destacar as empresas que possuem excelentes índices de atendimento. Com uma nota de 9,5

R1000, a marca é a melhor entre todas do setor automotivo.

A Renault foi reconhecida no Prêmio Conarac (Congresso Nacional das Relações Empresas-Clientes), conquistando o título para Empresas Contratantes no segmento Automotivos.

A campanha publicitária "Carreira de Dragão O Retorno", criada para o lançamento Renault Kwid Custom, foi a grande vencedora da primeira edição do YouTube Works no Brasil. O filme, criado pela DPZAT, venceu em três categorias: Creative Effectiveness (eficiência criativa), Buzzworthy (repercussão) para além da plataforma, e o principal título da premiação, Grand Play (quem melhor aproveitou o potencial com uma campanha criativa, inovadora e com resultados comprovados). A campanha também foi eleita pelo júri do SET como o Melhor Comercial em 2019.

A Renault recebeu o prêmio AB Diversidade 2020, promovido pela Associação Brasileira de Empresas de Têxtil e Moda do Paraná (ABTOM/PR).

A Renault recebeu o prêmio AB Diversidade 2020, promovido pela Associação Brasileira de Empresas de Têxtil e Moda do Paraná (ABTOM/PR).

A Renault foi eleita "Líder do Estado do Paraná no Prêmio Líderes Unidades do Brasil 2020", uma iniciativa do Lide (Grupo de Líderes Empresariais).

A Renault do Brasil foi premiada pelo segundo consecutivo como a melhor empresa no setor da Veículos e Autopartes no Prêmio Estádio Empresas Mais, promovido pelo Estádio em parceria com a Auteh Rating e a FIA (Fundação Instituto de Administração).

O Instituto Renault, responsável pelas ações de responsabilidade socioambiental da Renault no Brasil e que completou 10 anos de atuação neste ano, foi eleito como a "Melhor Ação de Responsabilidade Social" pelo Top Car TV 2020.

AGRADECIMENTOS

Mantemos nossos agradecimentos aos fornecedores, concessionários, bancos, acionistas, ao Sindicato dos Metalúrgicos da Grande Curitiba (SMC) e demais parceiros pela confiança depositada em nossa empresa, aos clientes que demonstraram sua preferência pelos nossos produtos e, especialmente aos colaboradores da Renault do Brasil pela dedicação e comprometimento que contribuem para a sustentabilidade do negócio.

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 - (Em Milhares de Reais - R\$)

ATIVO	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Capital				
Capital e reservas de caixa	9.184.329	1.486.503	1.061.174	1.825.431
Clientes	10.120.421	401.183	1.258.477	448.008
Empregados	11.184.613	816.989	1.135.820	927.984
Impostos a receber	12.134.462	945.641	1.276.878	965.854
Despesas antecipadas	25.193	15.844	25.109	15.644
Outros ativos correntes	13.181.477	442.702	105.204	166.391
	5.949.645	3.881.980	5.865.476	4.020.382
Passivo não corrente				
Dívidas bancárias	24.379.212	470.978	470.246	470.412
Impostos diferidos	23	84.987	17.273	104.633
Impostos a receber	12.183.589	237.709	165.108	158.150
	6.554.410	792.474	572.517	813.495
Investimentos	14.100.432	58.822	6	6
Imobilizável	15.280.574	2.690.288	2.469.261	3.140.117
Intangível	18.439	9.579	4.096	9.579
	3.912.136	3.080.689	2.653.297	3.146.700
Total do ativo	3.138.181	7.735.149	3.799.089	7.983.449

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Capital				
Fornecedores	17.157.446	1.968.031	2.500.215	2.916.805
Emprestados e financiamentos	19.203.364	1.610.707	2.536.564	1.512.707
Antecipações a pagar	18.18	3.063	4.548	4.524
Debitores	18	-	35.020	25.793
Obrigações tributárias	21.163.477	275.304	173.829	285.209
Imposto de renda e contribuição social a pagar	-	1.112	17.434	5.223
Obrigações sociais e previdenciárias	216.729	322.013	226.361	325.417
Empresas ligadas - imovéis	20.53.616	63.556	51.518	71.853
Previdência corporativa	66.075	114.794	96.073	114.798
Previdência a pagar	10.16.849	89.321	11.380	60.236
Obrigações tributárias	71.80.814	117.079	80.814	117.073
Previdência para garantias	6.198.176	4.269.326	5.201.121	4.953.353
Passivo não corrente				
Emprestados e financiamentos	19.1.602.887	102.821	1.500.667	102.821
Arrendamentos a pagar	19.1.120	10.356	170.107	186.887
Previdência para contribuições	24.655.269	995.347	835.788	607.064
Previdência a pagar	114.858	158.094	114.861	166.864
Obrigações tributárias	21.105.682	134.102	194.682	124.102
Outros passivos	58	1.392	59	1.531
	2.469.183	1.000.598	3.628.347	1.172.609
Total do passivo	7.997.289	3.970.529	7.828.569	5.972.782
Patrimônio líquido				
Reservas de administração	1.269.803	1.230.893	2.339.893	2.339.893
Previdência acumulada	2.102.392	1.476.536	2.102.392	1.476.536
Patrimônio líquido atribuído aos controladores	1.560.802	2.144.921	1.560.802	2.144.921
Participação de não controladores	-	-	1.826	1.796
	1.560.802	2.144.921	1.562.628	2.145.687
Total do passivo e do patrimônio líquido	9.558.181	7.735.149	9.392.590	7.983.449

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (Em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Receita bruta líquida do exercício	(581.819)	84.757	(580.595)	85.000
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente total do exercício	(581.819)	84.757	(580.595)	85.000
Resultado lucro líquido	-	-	-	-
Acionistas controladores	-	-	158.419	84.757
Acionistas não controladores	-	-	-	754

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (Em milhares de reais - R\$)

ATIVOS	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Receita líquida de vendas	2.826.011	13.092.259	8.939.903	15.310.152
Receita com produtos vendidos e serviços prestados	26.492.900	111.117.208	26.241.766	111.304.913
Lucros	(466.573)	1.988.209	(268.156)	2.026.270
Receita (despesa) operacional				
Despesas com vendas	26.469.774	110.702.227	26.509.579	110.988.098
Despesas com despesas de crédito esperadas	26.18.076	3.929	181.750	11.378
Despesas com despesas administrativas	26.188.338	(62.467)	262.951	(1.020.248)
Resultado de equanilidade patrimonial	14.415.520	3.929	-	-
Outros resultados operacionais, resultados	31.773.593	583.202	283.493	402.943
Resultado lucro operacional antes das receitas e despesas financeiras	(228.420)	222.767	(205.565)	485.233
Resultado financeiro				
Despesas financeiras	30.337.522	667.421	363.238	671.953
Despesas financeiras	10.1521.865	(1.068.929)	397.049	(1.266.811)
Variação cambial, líquida	30.177.270	(3.346)	380.314	(9.643)
Resultado lucro antes do imposto de renda	(149.420)	85.373	(419.381)	90.722
Imposto de renda e contribuição social corrente	23.11.112	(11.112)	173.829	117.818
Imposto de renda e contribuição social diferido	(141.307)	-	167.490	501
Resultado lucro líquido do exercício	(641.619)	84.757	(643.605)	85.000
Lucro líquido	-	-	-	-
Acionistas controladores	(641.619)	84.757	(643.619)	84.757
Acionistas não controladores	-	-	754	243

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019 (Em milhares de reais)

ATIVOS	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Atividades operacionais				
Resultado lucro líquido do exercício	(581.819)	84.757	(583.095)	85.000
Receita com produtos vendidos e serviços prestados	26.492.900	111.117.208	26.241.766	111.304.913
Receita com produtos vendidos e serviços prestados	26.492.900	111.117.208	26.241.766	111.304.913
Despesas com vendas	(26.469.774)	(110.702.227)	(26.509.579)	(110.988.098)
Despesas com despesas de crédito esperadas	(26.18.076)	3.929	(181.750)	(11.378)
Despesas com despesas administrativas	(26.188.338)	(62.467)	(262.951)	(1.020.248)
Resultado de equanilidade patrimonial	14.415.520	3.929	-	-
Outros resultados operacionais, resultados	31.773.593	583.202	283.493	402.943
Resultado lucro operacional antes das receitas e despesas financeiras	(228.420)	222.767	(205.565)	485.233
Resultado financeiro				
Despesas financeiras	(30.337.522)	(667.421)	(363.238)	(671.953)
Despesas financeiras	(10.1521.865)	(1.068.929)	397.049	(1.266.811)
Variação cambial, líquida	30.177.270	(3.346)	380.314	(9.643)
Resultado lucro antes do imposto de renda	(149.420)	85.373	(419.381)	90.722
Imposto de renda e contribuição social corrente	23.11.112	(11.112)	173.829	117.818
Imposto de renda e contribuição social diferido	(141.307)	-	167.490	501
Resultado lucro líquido do exercício	(641.619)	84.757	(643.605)	85.000
Lucro líquido	-	-	-	-
Acionistas controladores	(641.619)	84.757	(643.619)	84.757
Acionistas não controladores	-	-	754	243

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Abaco demonstramos a movimentação do ativo imobilizado

	2020		2019	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Saldo no início do exercício	2.902.286	2.898.576	3.146.117	3.044.969
Adições (a)	455.487	683.829	455.487	838.174
Depreciação - método de uso imputado (b)	(153.912)	(147.833)	(153.812)	(201.984)
Depreciação - método de uso imputado (b)	(2.246)	(3.231)	(7.740)	(8.240)
Depreciação - imobilizado	(369.110)	(431.247)	(464.544)	(532.850)
Saldo no final do exercício	2.865.505	2.898.294	2.985.507	3.146.117

16 Intangível (controladora e consolidado)

	2020		2019	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Saldo no início do exercício	200	200	200	200
Adições	77	2.182	77	2.182
Amortização	(5.566)	(7.171)	(5.566)	(7.107)
Saldo no final do exercício	1.711	5.211	1.711	5.275

17 Fornecedores

	2020		2019	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Nacional	714.800	691.992	780.551	689.584
Parceiros comerciais (incluindo)	26.403	82.218	3.954	79.203
Exterior	6.696	9.772	6.801	9.786
Partes relacionadas (notas 3)	1.265.587	1.262.161	1.262.722	1.262.153
Total	1.013.486	1.046.943	1.054.028	1.040.926

18 Arrendamentos

	2020		2019	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Arrendamentos	200	200	200	200
Arrendamentos	77	2.182	77	2.182
Amortização	(5.566)	(7.171)	(5.566)	(7.107)
Saldo no final do exercício	1.711	5.211	1.711	5.275

Abaco demonstramos a movimentação do ativo intangível

	2020		2019	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Saldo no início do exercício	200	200	200	200
Adições	77	2.182	77	2.182
Amortização	(5.566)	(7.171)	(5.566)	(7.107)
Saldo no final do exercício	1.711	5.211	1.711	5.275

19 Empresas e financiamentos

	2020		2019	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Nacional	714.800	691.992	780.551	689.584
Parceiros comerciais (incluindo)	26.403	82.218	3.954	79.203
Exterior	6.696	9.772	6.801	9.786
Partes relacionadas (notas 3)	1.265.587	1.262.161	1.262.722	1.262.153
Total	1.013.486	1.046.943	1.054.028	1.040.926

Abaco demonstramos a movimentação do direito de uso no exercício

	2020		2019	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Saldo em 1 de janeiro	12.677	157.020	15.291	157.020
Novas contratações registradas	1.496	5.835	185.209	185.209
Depreciação	(2.285)	(3.231)	(7.750)	(8.240)
Saldo em 31 de dezembro	3.888	149.624	192.750	193.989

20 Partes relacionadas

	2020		2019	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Ativo	1.013.486	1.046.943	1.054.028	1.040.926
Passivo	(1.013.486)	(1.046.943)	(1.054.028)	(1.040.926)
Total	0	0	0	0

21 Obrigações tributárias

	2020		2019	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
ICMS a receber (a)	16.598	29.271	16.938	29.271
Participação PERT (b)	12.355	154.296	12.255	154.296
Ajuste a valor presente	(2.911)	(4.264)	(2.911)	(4.264)
Total	16.042	179.303	16.082	177.827

22 Capital social

	2020		2019	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Capital social	1.600.257	1.600.257	1.600.257	1.600.257

componentes de arrendamento a não arrendamento como um único componente.

O Grupo reconhece um ativo de direito de uso a partir do momento em que o prazo de arrendamento, o ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor de mensuração inicial do passivo de arrendamento ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis ao ativo. O custo do ativo de direito de uso inclui o valor de mensuração inicial do passivo de arrendamento, mais quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis ao ativo. O custo do ativo de direito de uso inclui o valor de mensuração inicial do passivo de arrendamento, mais quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis ao ativo.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos de arrendamento que não são afetados pela data de início descontados pelo taxa de taxa implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada razoavelmente, pela taxa de empréstimos incremental do Grupo. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimos como taxa de desconto.

O Grupo determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de vários fornecedores de empréstimo e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo de risco arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluem na mensuração do passivo de arrendamento o seguinte:

- Pagamentos fixos (incluindo pagamentos fixos na sequência);
- Pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índices ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início;
- Valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual;
- O preço de exercício de opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercê-la ou se o preço de exercício de opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de não exercê-la, se o preço de exercício de opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercê-la ou se o preço de exercício de opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de não exercê-la.

Quando o passivo de arrendamento é mensurado nessa maneira, é afetado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso. O Grupo apresenta ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento em "ativo imobilizado" e passivos de arrendamento em "passivos de arrendamento" no balanço patrimonial.

O Grupo aplica o método de mensuração do direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. O Grupo reconhece os pagamentos de arrendamento associados a seus arrendamentos comunitários de forma linear pelo prazo de arrendamento.

23 Obrigações tributárias

	2020		2019	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
ICMS a receber (a)	16.598	29.271	16.938	29.271
Participação PERT (b)	12.355	154.296	12.255	154.296
Ajuste a valor presente	(2.911)	(4.264)	(2.911)	(4.264)
Total	16.042	179.303	16.082	177.827

24 Obrigações tributárias

	2020		2019	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
ICMS a receber (a)	16.598	29.271	16.938	29.271
Participação PERT (b)	12.355	154.296	12.255	154.296
Ajuste a valor presente	(2.911)	(4.264)	(2.911)	(4.264)
Total	16.042	179.303	16.082	177.827

25 Obrigações tributárias

	2020		2019	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
ICMS a receber (a)	16.598	29.271	16.938	29.271
Participação PERT (b)	12.355	154.296	12.255	154.296
Ajuste a valor presente	(2.911)	(4.264)	(2.911)	(4.264)
Total	16.042	179.303	16.082	177.827

26 Obrigações tributárias

	2020		2019	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
ICMS a receber (a)	16.598	29.271	16.938	29.271
Participação PERT (b)	12.355	154.296	12.255	154.296
Ajuste a valor presente	(2.911)	(4.264)	(2.911)	(4.264)
Total	16.042	179.303	16.082	177.827

27 Obrigações tributárias

	2020		2019	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
ICMS a receber (a)	16.598	29.271	16.938	29.271
Participação PERT (b)	12.355	154.296	12.255	154.296
Ajuste a valor presente	(2.911)	(4.264)	(2.911)	(4.264)
Total	16.042	179.303	16.082	177.827

De acordo com a CFC 08 - Cursos de Transações e Prêmios na Emissão de Títulos de Valores Mobiliários, os resultados captados foram registrados de forma líquida dos custos decorrentes do processo de emissão dos debêntures, e tais custos são amortizados de acordo com a linha efetiva da transação até o prazo de vencimento dos respectivos títulos.

DEBÊNTURES

	2020		2019	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Saldo no início do exercício	1.715.528	25.029	13.283	1.715.528
Emissão	5.139.684	-	5.139.684	-
Amortização	(3.982.987)	(25.200)	(3.958.687)	(25.000)
Saldo no final do exercício	2.872.225	0	1.264.280	1.715.528

(f) Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividades de financiamento

Debitamos os fluxos de caixa decorrentes de atividades de financiamento com as seguintes características:

Saldo apresentado em 1 de janeiro de 2020

	2020		2019	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Saldo no início do exercício	1.715.528	25.029	13.283	1.715.528
Emissão	5.139.684	-	5.139.684	-
Amortização	(3.982.987)	(25.200)	(3.958.687)	(25.000)
Saldo no final do exercício	2.872.225	0	1.264.280	1.715.528

Saldo apresentado em 1 de janeiro de 2019

	2019		2018	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Saldo no início do exercício	1.715.528	25.029	13.283	1.715.528
Emissão	5.139.684	-	5.139.684	-
Amortização	(3.982.987)	(25.200)	(3.958.687)	(25.000)
Saldo no final do exercício	2.872.225	0	1.264.280	1.715.528

28 Obrigações tributárias

	2020		2019	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
ICMS a receber (a)	16.598	29.271	16.938	29.271
Participação PERT (b)	12.355	154.296	12.255	154.296
Ajuste a valor presente	(2.911)	(4.264)	(2.911)	(4.264)
Total	16.042	179.303	16.082	177.827

29 Obrigações tributárias

	2020		2019	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
ICMS a receber (a)	16.598	29.271	16.938	29.271
Participação PERT (b)	12.355	154.296	12.255	154.296
Ajuste a valor presente	(2.911)	(4.264)	(2.911)	(4.264)
Total	16.042	179.303	16.082	177.827

30 Obrigações tributárias

	2020		2019	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
ICMS a receber (a)	16.598	29.271	16.938	29.271
Participação PERT (b)	12.355	154.296	12.255	154.296
Ajuste a valor presente	(2.911)	(4.264)	(2.911)	(4.264)
Total	16.042	179.303	16.082	177.827

31 Obrigações tributárias

	2020		2019	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
ICMS a receber (a)	16.598	29.271	16.938	29.271
Participação PERT (b)	12.355	154.296	12.255	154.296
Ajuste a valor presente	(2.911)	(4.264)	(2.911)	(4.264)
Total	16.042	179.303	16.082	177.827

32 Obrigações tributárias

	2020		2019	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
ICMS a receber (a)	16.598	29.271	16.938	29.271
Participação PERT (b)	12.355	154.296	12.255	154.296
Ajuste a valor presente	(2.911)	(4.264)	(2.911)	(4.264)
Total	16.042	179.303	16.082	177.827

33 Obrigações tributárias

	2020		2019	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
ICMS a receber (a)	16.598	29.271	16.938	29.271
Participação PERT (b)	12.355	154.296	12.255	154.296
Ajuste a valor presente	(2.911)	(4.264)	(2.911)	(4.264)
Total	16.042	179.303	16.082	177.827

34 Obrigações tributárias

	2020		2019	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
ICMS a receber (a)	16.598	29.271	16.938	29.271
Participação PERT (b)	12.355	154.296	12.255	154.296
Ajuste a valor presente	(2.911)	(4.264)	(2.911)	(4.264)
Total	16.042	179.303	16.082	177.827

35 Obrigações tributárias

	2020		2019	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
ICMS a receber (a)	16.598	29.271	16.938	29.271
Participação PERT (b)	12.355	154.296	12.255	154.296
Ajuste a valor presente	(2.911)	(4.264)	(2.911)	(4.264)
Total	16.042	179.303		

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Diretores da
Renault do Brasil S.A.
São José dos Pinhais - Paraná

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Renault do Brasil S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e controlada, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações essenciais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras, acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Renault do Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus resultados financeiros de cada entidade e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção 4 a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores" para auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas. De acordo com as normas profissionais éticas relevantes previstas no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas regulamentares emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e conformes com as normas de responsabilidade ética de acordo com essas normas. Aceitamos a evidência de auditoria obtida e suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossas obrigações são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará as distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas respectivas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, realizamos julgamento profissional e mantivemos o escopo profissional do trabalho de auditoria. Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamento e execução inadequada de procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como possíveis evasões de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o uso de falsas evidências internas, omissões, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Concedemos planejamento aos pontos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com o risco de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Independente de qualquer risco de distorção relevante, mantivemos o escopo de procedimentos de auditoria e a extensão dos testes de controle, testes de detalhe e testes de substância para planejar e executar procedimentos de auditoria apropriados e suficientes para obter evidência suficiente para fundamentar nossa opinião sobre a idoneidade das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Assim como a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e recuperativas de valores de ativos e passivos.

Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de contabilidade pessoal, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação

a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e sua controlada. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões sobre continuidade operacional são baseadas em evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e sua controlada a não mais se manterem em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as demonstrações transacionais e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Outras evidências de auditoria, apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócios do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, foram necessárias pelo trabalho supervisionado e realizado na auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 26 de abril de 2021

KFM Auditores Independentes
CRC 07-0144280-5 F-PR
Cristiano Aurélio Krug
Contador CRC 07-054365-0

8117/2021

LEPANTO ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ 78.773.454/0001-92

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO

	31/12/2020	31/12/2019		31/12/2020	31/12/2019
ATIVO					
ATIVO CIRCULANTE	7.557.824,86	7.851.886,03	PASSIVO	7.557.824,86	7.561.638,03
DISPONIBILIDADES	401.277,31	1.017.831,58	PASSIVO CIRCULANTE	1.408,81	1.399,89
CAIXA	401.277,31	1.017.831,58	OBRIGAÇÕES TRIBUTARIAS	1.408,81	1.399,89
BANCO CONTA MOVIMENTO	5.750,34	17.031,59	IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES S/LUCRO	1.202,62	2.375,82
APLICAÇÕES DE LÍQUIDEZ IMEDIATA	395.527,07	1.000.000,00	IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES S/RECEITAS	206,01	428,08
ATIVO NÃO CIRCULANTE	7.156.547,54	6.833.954,44	CONTAS A PAGAR	648.400,89	648.470,89
ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	1.541.435,76	930.825,76	CONTAS A PAGAR	648.400,89	648.470,89
EMPRESTIMOS A PESSOAS LIGADAS	1.141.425,76	930.825,76	OPERAÇÕES COM PESSOAS LIGADAS	648.400,89	648.470,89
INVESTIMENTOS	4.794.499,49	4.333.448,36	CONTRATOS COM PESSOAS LIGADAS	648.400,89	648.470,89
INVESTIMENTOS EM COLIGADAS E CONTROLADAS	4.794.499,49	4.333.448,36	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	6.043.596,50	6.434.596,50
IMOBILIZADO	1.250.722,30	1.309.588,42	CAPITAL	6.043.596,50	6.434.596,50
BENS E DIREITOS EM USO	1.654.133,40	1.084.351,40	CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO	6.043.596,50	6.434.596,50
IMOBILIZADO NÃO CLASSIFICADO	(433.809,10)	(374.763,04)	CAPITAL SOCIAL INTEGRALIZADO	661.764,31	661.764,31
			RESERVAS DE CAPITAL	375.742,50	375.742,50
			RESERVAS DE LUCROS	176.021,81	176.021,81
			LUCROS PREJUIZOS ACUMULADOS	21.724,52	14.296,43
			LUCROS ACUMULADOS	21.724,52	14.296,43

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO em reais

	31/12/2020	31/12/2019
RECEITAS	66.426,35	117.794,82
RECEITAS OPERACIONAIS	66.426,35	117.794,82
RECEITA BRUTA COM VENDAS E SERVIÇOS	66.426,35	117.794,82
DEDUÇÕES DAS RECEITAS CANCELADAS E SERVIÇOS	(2.497,57)	(4.298,51)
IMPOSTOS S/RECEITAS E SERVIÇOS	(2.497,57)	(4.298,51)
RECEITA LÍQUIDA	63.928,78	113.496,31
RESULTADO BRUTO	63.928,78	113.496,31
DESPESAS	(103.863,82)	(91.581,68)
DESPESAS OPERACIONAIS	(79.418,79)	(76.797,57)
DESPESAS GERAIS	(79.418,79)	(76.797,57)
DESPESAS OPERACIONAIS FINANCEIRAS	(1.919,87)	(1.150,77)
JUROS E DESCONTOS		
DESPESAS BANCÁRIAS	(1.070,07)	(1.150,77)
DESPESAS OPERACIONAIS TRIBUTARIAS	(13.838,96)	(11.632,66)
IMPOSTOS	(23.529,50)	(10.861,06)
MULTAS		(170,00)
RESULTADOS OPERACIONAIS E PARTICIPAÇÕES SOCIETARIAS		
RESULTADO DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL DIVIDENDOS E LUCROS RECEBIDOS		
RECEITAS FINANCEIRAS	66.492,47	
GANHOS COM APLICAÇÕES FINANCEIRAS	66.492,47	
RESULTADO OPERACIONAL	48.488,23	21.833,71
ALIEIÇÃO ATIVO IMOBILIZADO		
RESULTADO ALIEIÇÃO ATIVO IMOBILIZADO		
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES E IMPOSTOS	48.488,23	21.833,71
PROVISÃO PARA IMPOSTOS SOBRE LUCRO	(41.823,14)	(8.046,64)
IMPOSTO DE RENDA	(31.295,04)	(5.854,15)
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(9.734,10)	(3.362,49)
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	7.428,09	12.837,07

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO em reais

Nome	31/12/2020	31/12/2019
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
SALDO NO INÍCIO DO PERÍODO	7.060.657,24	6.087.770,17
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	7.428,09	12.837,07
RESERVAS DE CAPITAL		
AUMENTOS DE CAPITAL		
Investimentos das Sócios		
PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO/DESTINAÇÃO DO LUCRO		
Reserva Legal		
TRANSFERÊNCIAS PARA RESERVAS		
DIVIDENDOS E LUCROS A DISTRIBUIR		
Dividendos e Lucros a Distribuir		
SALDO NO FINAL DO PERÍODO	7.068.085,33	7.000.657,24

DEMONSTRAÇÃO DOS LUCROS E PREJUÍZOS ACUMULADOS em reais

	31/12/2020	31/12/2019
SALDO NO INÍCIO DO PERÍODO	14.296,43	1.409,26
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	7.428,09	12.837,07
PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO/DESTINAÇÃO DO LUCRO		
LUCROS INCORPORADOS AO CAPITAL SOCIAL		
Aumento de Capital Social com Lucros		
TRANSFERÊNCIA PARA RESERVAS		
Reserva Legal		
DIVIDENDOS E LUCROS A DISTRIBUIR		
Dividendos e Lucros a Distribuir		
SALDO NO FINAL DO PERÍODO	21.724,52	14.296,43

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Lepanto Administração e Participações S.A. ("Companhia" ou "Lepanto"), com sede na Rua São Bento, 1907 - no município de Curitiba, Estado do Paraná, constituída em 29 de maio de 1985 e uma Companhia de capital fechado. A Companhia tem como objeto social a participação no capital social de outras sociedades, com o intuito de investimento como acionista ou gestora ou através de negociações em Bolsa de Valores, podendo as empresas objeto das operações financeiras, tanto suas ações no Brasil ou no Exterior e aluguel de imóveis próprios. A Companhia é tributada pelo lucro presumido para o Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e pelo critério de cumulação de renda para o Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins).

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, em consonância com a Lei das Sociedades por Ações, incluindo as alterações promovidas pela Lei nº 11.638/07 e pela Medida Provisória nº 449/08, posteriormente convertida na Lei nº 11.241/09, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. Para fins de apresentação de relatório este conjunto de regras é denominado "BR GAAP".

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas e seguiu foram aplicadas de forma consistente para todos os exercícios e períodos apresentados e para as demonstrações financeiras da Companhia (BR GAAP):

a) Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R\$).

b) Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia (real) utilizando-se as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os saldos das contas de balanço são convertidos pela taxa de câmbio vigente nas datas dos balanços. Os ganhos e as perdas de variação cambial resultantes da liquidação dessas transações e do cancelamento de ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos no resultado do período.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários a vista, investimentos temporários de curto prazo, com até 90 dias da data de aplicação ou considerados de liquidez imediata ou convertíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco

significante risco de mudança de valor os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

d) Aplicações Financeiras

Compreendem os investimentos financeiros de renda fixa, sendo estas registradas pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços.

e) Impostos a Recuperar

Constituído pelo saldo negativo de IRPJ gerado pelos resgates de aplicações financeiras e consequente retenção do imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) conforme legislação fiscal.

f) Investimento em Sociedades em Conta de Participação

A sociedade possui investimentos em sociedades em conta de participação com a empresa Equilíbrio Construção Civil Ltda, onde participa como investidor no empreendimento "Edifício 18 BHS" e "Edifício Rio Negro".

g) Outros ativos e passivos, correntes e não correntes

Outros ativos e passivos, correntes e não correntes são registrados pelo seu valor e ajustado (ativos) e pelos seus valores conhecidos ou estimados (passivos) acrescidos de juros, variações monetárias e encargos, quando aplicável.

h) Aplicação do resultado

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

4. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital Social

O capital social é de R\$ 6.434.596,50, composto conforme quadro abaixo:

Acionistas	Ações Ordinárias	%	Saldo em 31/12/2020
Live Batista de Melo	1.087.393	30,40	1.056.159,47
Luizete Anelante de Melo	500.420	15,39	590.182,30
Rômulo de Melo	34.019	0,95	31.187,63
Trigo de Melo	34.019	0,95	31.187,63
Guilherme de Melo	816.516	25,60	1.802.341,42
Caroline de Melo Casanova	952.539	28,63	1.213.529,05
Total	3.576.912	100,00%	6.434.596,50

5. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não ocorreram eventos entre 31/12/2020 e a data da elaboração das demonstrações financeiras em 08/03/2021, que possam afetar as informações divulgadas, bem como a análise econômica e financeira.

Curitiba, 08 de Março de 2021.

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO em reais

Nome	31/12/2020	31/12/2019
OPERACIONAIS	245.691,94	287.847,94
Recebimento de clientes	66.426,35	117.794,82
Juros recebidos		
Outros recebimentos	80.482,47	
Pagamento a fornecedores	(13.000,00)	(13.447,00)
Pagamento a empregados		
Pagamento de tributos	(44.859,63)	(13.054,28)
Juros pagos		
Depositos bancários	(30.289,23)	(17.328,81)
Outros pagamentos	(311.563,72)	(361.911,67)
INVESTIMENTO	(371.953,22)	290.000,00
Ativo imobilizado		
Investimentos		
FINANCIAMENTO		
Empréstimos		
Investimentos de capital		
Aumento/Redução de Caixa e Equivalentes de Caixa	416.164,28	2.052,06

DIRETORIA

Isabelly Ap. Rodrigues Becker
Contadora
CRC/PR 0498850-4

Live Batista De Melo
Diretor-Presidente

81049/2021